



# DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

## PODER LEGISLATIVO

Nº 030

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 06 DE ABRIL DE 2009

ANO XXXIV

### Mesa Executiva

**NELSON JUSTUS**  
Presidente - Democratas

**ANTONIO ANIBELLI**  
1º Vice-Presidente - PMDB

**AUGUSTINHO ZUCCHI**  
2º Vice-Presidente - PDT

**FELIPE LUCAS**  
3º Vice-Presidente - PPS

**ALEXANDRE CURI**  
1º Secretário - PMDB

**VALDIR ROSSONI**  
2º Secretário - PSDB

**ELTON WELTER**  
3º Secretário - PT

**CIDA BORGHETTI**  
4ª Secretária - PP

**PASTOR EDSON PRACZYK**  
5º Secretário - PRB

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

### Lideranças

*Líder do Governo ..... Luiz Claudio Romanelli*  
*Líder da Oposição ..... Elio Rusch*  
*PMDB ..... Waldyr Pugliesi*  
*PSDB ..... Ademar Traiano*  
*Partido Democratas ..... Plauto Miró*  
*PT ..... Péricles de Mello*  
*PP ..... Duílio Genari*  
*PDT ..... Luiz Carlos Martins*  
*Bloco PPS/PMN ..... Dr. Batista*  
*Bloco PSB/PRB/PV ..... Pastor Edson Praczyk*  
*Bloco PTB/PR ..... Jocelito Canto*

### Representação Partidária

**PMDB** - 17: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Lemos - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 03: Augustinho Zucchi - Fernando Scanavaca - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

## SUMÁRIO

### **DIÁRIO Nº 030**

### **27ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **SUMÁRIO**

**Mesa Executiva ..... 02**

**Presenças ..... 02**

**Abertura da Sessão ..... 03**

#### **Expediente:**

Ofícios ..... 03

Indicações ..... 03

Requerimentos ..... 08

Projetos de Lei ..... 12

#### **Pequeno Expediente:**

Dep. Tadeu Veneri ..... 13

Dep. Luiz Claudio Romanelli ..... 16

Dep. Caíto Quintana ..... 17

Dep. Ribas Carli Filho ..... 18

Dep. Dobrandino da Silva ..... 19

#### **Grande Expediente:**

Dep. Durval Amaral ..... 20

#### **Horário das Lideranças:**

Liderança do PT

Dep. Tadeu Veneri ..... 13

#### **Ordem do Dia:**

Leitura do Expediente ..... 27

Discussão/Votação

2ª Discussão ..... 27

1ª Discussão ..... 28

Requerimentos ..... 30

**Encerramento da Sessão ..... 31**

#### **Publicações:**

Diretoria Geral

Portarias ..... 31

Atas de Comissões

Constituição e Justiça ..... 31

Obras Públicas, Transportes e

Comunicação ..... 33

Segurança Pública ..... 33

### **DIÁRIO Nº 030**

### **27ª SESSÃO ORDINÁRIA**

### **3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 27ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 06 ABRIL DE 2009**

(segunda-feira)

#### **Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelo Sr. Deputado Carlos Simões e pela Sra. Deputada Cida Borghetti.

#### **Presenças:**

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Valdir Rossoni, Elton Welter, Cida Borghetti, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cleiton Kiele, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapason, Elio Rusch, Fábio Camargo, Fernando Scanavaca, Francisco Bühler, Jocelito Canto, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Professor Lemos, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri e Teruo Kato (46).

Ausentes os Srs. Deputados: Chico Noroeste, Dr. Batista, Jonas Guimarães, Luiz Nishimori, Ney Leprevost, Plauto Miró e Waldyr Pugliesi (07).

Ausente com justificativa o Sr. Deputado Osmar Bertoldi (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

### ***Abertura da Sessão:***

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

### ***Expediente:***

#### ***Ofício***

OFÍCIO Nº 029/09

Curitiba, em 06/04/09.

Senhor Presidente:

Comunico à V. Exa., nos termos constitucionais, que estarei afastado do País no período de 06 a 20/04/09, em viagem à Europa, para tratar de assuntos de cunho pessoal.

Atenciosamente,

(a) ROBERTO REQUIÃO  
Governador do Estado

#### ***Indicações***

INDICAÇÃO Nº 333/09

SÚMULA:

Propõe a Secretária da Educação do Estado do Paraná, Sra. Yvelise Arco-Verde, e ao Superintendente de Desenvolvimento Educacional, Sr. Luciano Mewes, a construção de cobertura da quadra de esportes na Escola Estadual Teotônio Vilela situado no Município de Santa Helena.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, REQUER, ouvido o plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta a Secretária da Educação do Estado do Paraná, Sra. Yvelise Arco-Verde, e ao Superintendente de Desenvolvimento Educacional, Sr. Luciano Mewes, a construção de cobertura da quadra de esportes na Escola Estadual Teotônio Vilela situada no Município de Santa Helena.

A Escola Estadual Teotônio Vilela possui capacidade de atender até 160 (cento e sessenta) alunos, além de compartilhar a estrutura física com a Escola Municipal Nereu Ramos atendendo alunos da rede da educação infantil e do ensino médio. Sendo que existe necessidade de uma cobertura na quadra esportiva para uso destes nas aulas de Educação Física e em todas as atividades de lazer e recreação, estas que atualmente, ficam expostas ao forte sol e a chuvas, alterações climáticas caracterizada pela Região Oeste.

Sala das Sessões, em 06/04/09.

(a) ADEMIR BIER

INDICAÇÃO Nº 334/09

SÚMULA:

Propõe a Secretária da Educação do Estado do Paraná, Sra. Yvelise Arco-Verde, e ao Superintendente de Desenvolvimento Educacional, Sr. Luciano Mewes, a construção de cobertura da quadra esportiva do Colégio Estadual Santos Dumont situado no Município de Santa Helena.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, REQUER, ouvido o plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta a Secretária da Educação do Estado do Paraná, Sra. Yvelise Arco-Verde, e ao Superintendente de Desenvolvimento Educacional, Sr. Luciano Mewes, a construção de cobertura da quadra esportiva do Colégio Estadual Santos Dumont situado no Município de Santa Helena.

O Colégio Estadual Santos Dumont possui capacidade de atender até 560 (quinhentos e sessenta) alunos, além de compartilhar a estrutura física com a Escola Municipal João Pessoa atendendo alunos da rede da educação infantil e do ensino médio. Sendo que existe necessidade de uma cobertura na quadra esportiva para uso destes nas aulas de Educação Física e em todas as atividades de lazer e recreação, estas que atualmente, ficam expostas ao forte sol e a chuvas, alterações climáticas caracterizada pela Região Oeste.

Sala das Sessões, em 06/04/09.

(a) ADEMIR BIER

INDICAÇÃO Nº 335/09

SÚMULA:

Propõe a Secretária da Educação do Estado do Paraná, Sra. Yvelise Arco-Verde, e ao Superintendente de Desenvolvimento Educacional, Sr. Luciano Mewes, a construção de cobertura da quadra do Colégio Estadual Santa Helena situado no Município de Santa Helena.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, REQUER, ouvido o ple-

nário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta a Secretária da Educação do Estado do Paraná, Sra. Yvelise Arco-Verde, e ao Superintendente de Desenvolvimento Educacional, Sr. Luciano Mewes, a construção de cobertura da quadra de esportes do Colégio Santa Helena situado no Município de Santa Helena.

O Colégio Estadual Santa Helena possui capacidade de atender até 360 (trezentos e sessenta) alunos, além de compartilhar a estrutura física com a Escola Municipal Pedro A. Cabral atendendo alunos da rede da educação infantil e do ensino médio. Sendo que existe necessidade de uma cobertura na quadra esportiva para uso destes nas aulas de Educação Física e em todas as atividades de lazer e recreação, estas que atualmente, ficam expostas ao forte sol e a chuvas, alterações climáticas caracterizada pela Região Oeste.

Sala das Sessões, em 06/04/09.

(a) ADEMIR BIER

#### INDICAÇÃO Nº 336/09

##### SÚMULA:

Propõe a Secretária da Educação do Estado do Paraná, Sra. Yvelise Arco-Verde, e ao Superintendente de Desenvolvimento Educacional, Sr. Luciano Mewes, a construção de cobertura da quadra de esportes do Colégio Estadual Verônica Zimmermann situado no Município de Santa Helena.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, REQUER, ouvido o plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta a Secretária da Educação do Estado do Paraná, Sra. Yvelise Arco-Verde, e ao Superintendente de Desenvolvimento Educacional, Sr. Luciano Mewes, a construção de cobertura da quadra de esportes do Colégio Estadual Verônica Zimmermann situado no Município de Santa Helena.

O Colégio Estadual Verônica Zimmermann possui capacidade de atender até 560 (quinhentos e sessenta) alunos, além de compartilhar a estrutura física com a Escola Municipal Professor Jose Engel atendendo alunos da rede da educação infantil e do ensino médio. Sendo que existe necessidade de uma cobertura na quadra esportiva para uso destes nas aulas de Educação Física e em todas as atividades de lazer e recreação, estas que atualmente, ficam expostas ao forte sol e a chuvas, alterações climáticas caracterizada pela Região Oeste.

Sala das Sessões, em 06/04/09.

(a) ADEMIR BIER

#### INDICAÇÃO Nº 337/09

##### SÚMULA:

Propõe a Secretária da Educação do Estado do Paraná, Sra. Yvelise Arco-Verde, e ao Superintendente de Desenvolvimento Educacional, Sr. Luciano Mewes, a construção de cobertura da quadra

de esportes na Escola Estadual São Francisco situada no Município de Santa Helena.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, REQUER, ouvido o plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta a Secretária da Educação do Estado do Paraná, Sra. Yvelise Arco-Verde, e ao Superintendente de Desenvolvimento Educacional, Sr. Luciano Mewes, a construção de cobertura da quadra de esportes na Escola Estadual São Francisco situada no Município de Santa Helena.

A Escola Estadual São Francisco possui capacidade de atender até 360 (trezentos e sessenta) alunos, além de compartilhar a estrutura física com a Escola Municipal Tiradentes atendendo alunos da rede da educação infantil e do ensino médio. Sendo que existe necessidade de uma cobertura na quadra esportiva para uso destes nas aulas de Educação Física e em todas as atividades de lazer e recreação, estas que atualmente, ficam expostas ao forte sol e a chuvas, alterações climáticas caracterizada pela Região Oeste.

Sala das Sessões, em 06/04/09.

(a) ADEMIR BIER

#### INDICAÇÃO Nº 338/09

##### SÚMULA:

Propõe a Secretária da Educação do Estado do Paraná, Sra. Yvelise Arco-Verde, e ao Superintendente de Desenvolvimento Educacional, Sr. Luciano Mewes, a construção de cobertura da quadra de esportes na Escola Rural Maralucia situada no Município de Medianeira.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, REQUER, ouvido o plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta a Secretária da Educação do Estado do Paraná, Sra. Yvelise Arco-Verde, e ao Superintendente de Desenvolvimento Educacional, Sr. Luciano Mewes, a construção de cobertura na quadra de esportes na Escola Rural Maralucia situada no Município de Medianeira.

A Escola Rural Maralucia possui capacidade de atender até 160 (cento e sessenta) alunos, além de compartilhar a estrutura física com a Educação Infantil e do Ensino Fundamental. Sendo que existe necessidade de uma cobertura na quadra esportiva para uso destes nas aulas de Educação Física e em todas as atividades de lazer e recreação, estas que atualmente, ficam expostas ao forte sol e a chuvas, alterações climáticas caracterizada pela Região Oeste.

Sala das Sessões, em 06/04/09.

(a) ADEMIR BIER

## INDICAÇÃO Nº 339/09

## SÚMULA:

Sugere ao Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania - SEJU a imediata reforma da cadeia de Marialva.

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania, Exmo. Sr. Desembargador Jair Ramos Braga, sugerindo a imediata reforma da cadeia de Marialva, permitindo a permanência dos presos daquela Comarca, conforme Portaria nº 001/05.

Sala das Sessões, em 06/04/09.

(a) CIDA BORGHETTI

## INDICAÇÃO Nº 340/09

## SÚMULA:

Propõe a empresa Sol Linhas Aéreas a inclusão do Município de Campo Mourão em suas rotas regionais.

Ao Exmo. Presidente da Sol Linhas Aéreas.

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, vem a vossa presença para expor e reivindicar o seguinte:

I - Que se digne a V. Exa. em envidar todos os esforços necessários com o fito de que se inclua o aeroporto do município de Campo Mourão na rota dos seus vôos regionais.

II - Por estar iniciando suas operações a inclusão de Campo Mourão não pode deixar de ser apreciada e considerada com bastante atenção e carinho.

III - Município sede da chamada Microrregião Doze, a qual agrega 25 (vinte e cinco) Municípios dos arredores, perfazendo uma população de aproximadamente 356.191 (trezentos e cinquenta e seis mil, cento e noventa e um) habitantes, Campo Mourão, sem dúvidas, merece atenção especial e o atendimento na sua inclusão nas rotas regionais e principalmente no trajeto Campo Mourão/Curitiba, alavancaria o desenvolvimento tanto no Município e da região como também desta tão bem vinda empresa de transporte aéreo.

IV - Nossa atuação como Deputado Estadual, representando, a região, é de muita luta e defesa incessante do desenvolvimento dos interesses regionais, e neste sentido nos colocamos à disposição para todo e qualquer auxílio que pudermos lhes oferecer para levar este intento às raias da realidade.

VIII - Dentro da melhor prática democrática temos nos empenhado para levar esses principais debates, e suas conclusões, às autoridades competentes dentro da esfera estadual e até mesmo federal e acreditamos que a força da mobilização social aliada ao nosso empenho resulta e resultará em grandes avanços ao atendimento dos anseios da nossa gente.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 06/04/09.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

## INDICAÇÃO Nº 341/09

## SÚMULA:

Propõe à Universidade Federal do Paraná que promova as provas dos concursos vestibulares no Município de Campo Mourão.

Ao Exmo. Reitor:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, vem a vossa presença para expor e reivindicar o seguinte:

I - Que se digne a V. Exa. em envidar todos os esforços necessários com o fito de que se inclua o Município de Campo Mourão como sede para a aplicação das provas para o concurso vestibular.

II - Anualmente inúmeros jovens de Campo Mourão e da região da COMCAM se deslocam a Curitiba ou a outras Cidades pólos do Paraná para prestar o seu curso vestibular.

III - A UFPR pela sua ilibada reputação têm motivado a juventude local e regional a buscar a sua excelência nos cursos ofertados.

IV - Município sede da chamada Microrregião Doze, a qual agrega 25 (vinte e cinco) Municípios dos arredores, perfazendo uma população de aproximadamente 356.191 (trezentos e cinquenta e seis mil cento e noventa e um) habitantes, Campo Mourão, sem dúvidas, merece atenção especial e o atendimento na sua inclusão com sede para a realização das provas.

V - Nossa atuação como Deputado Estadual, representando a região, é de muita luta e defesa incessante do desenvolvimento dos interesses regionais, e neste sentido nos colocamos à disposição para todo e qualquer auxílio que pudermos lhes oferecer para levar este intento às raias da realidade.

VI - Dentro da melhor prática democrática temos nos empenhado para levar esses principais debates, e as suas conclusões, às autoridades competentes dentro da esfera estadual e até mesmo federal e acreditamos que a força da mobilização social aliada ao nosso empenho resulta e resultará em grandes avanços ao atendimento dos anseios da nossa gente.

Ainda aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 06/04/09.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

## INDICAÇÃO Nº 342/09

## SÚMULA:

Propõe à Pontifícia Universidade Católica do Estado Paraná - PUC/PR que promova as provas dos concursos vestibulares no Município de Campo Mourão.

Ao Exmo. Reitor:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, vem a vossa presença para expor e reivindicar o seguinte:

I - Que se digne a V. Exa. em envidar todos os esforços com o fito de que se inclua o Município de Campo Mourão como sede para a aplicação das provas para o concurso vestibular.

II - Anualmente inúmeros jovens de Campo Mourão e da região da COMCAM se deslocam a Curitiba ou a outras Cidades pólos do Paraná para prestar o seu concurso vestibular.

III - A PUC-PR pela sua ilibada reputação têm motivado a juventude local e regional a buscar a sua excelência nos cursos ofertados.

IV - Município sede da chamada Microrregião Doze, a qual agrega 25 (vinte e cinco) Municípios dos arredores, perfazendo uma população de aproximadamente 356.191 (trezentos e cinquenta e seis mil cento e noventa e um) habitantes, Campo Mourão, sem dúvidas, merece atenção especial e o atendimento na sua inclusão com sede para a realização das provas.

V - Nossa atuação como Deputado Estadual, representando a região, é de muita luta e defesa incessante do desenvolvimento dos interesses regionais, e neste sentido nos colocamos à disposição para todo e qualquer auxílio que pudermos lhe oferecer para levar este intento às raias da realidade.

VI - Dentro da melhor prática democrática temos nos empenhado para levar esses principais debates, e as suas conclusões, às autoridades competentes dentro da esfera estadual e até mesmo federal e acreditamos que a força da mobilização social aliada ao nosso empenho resulta e resultará em grandes avanços ao atendimento dos anseios da nossa gente.

Ainda aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 06/04/09.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

INDICAÇÃO Nº 343/09

SÚMULA:

Propõe a Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL que institua a notificação pessoal para as populações carentes quando do corte do fornecimento de energia por falta de pagamento.

Ao Diretor-Presidente da Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, vem a vossa presença para expor e reivindicar o seguinte:

I - Que se digne a V. Exa. em envidar todos os esforços com o fito de que se institua a notificação pessoal para as populações carentes quando do corte do fornecimento de energia por falta de pagamento.

II - É necessário lembrar que, na maioria das vezes, o corte de energia se dá exatamente nas camadas mais carentes da nossa população. Esta camada social é, muitas vezes, formada por uma gama muito grande de pessoas não alfabetizadas, que por isso acabam sendo pegadas de surpresa quando do desligamento.

III - O nobre Vereador José Antonio dos Santos, do Município de Campina da Lagoa, por ofício, nos relata tal ocorrência e nos pede empenho na sensibilização desta tão conceituada empresa de energia.

IV - Nossa atuação como Deputado Estadual, representando a região, é de muita luta e defesa incessante do desenvolvimento dos interesses regionais, e neste sentido nos colocamos à disposição para todo e qualquer auxílio que pudermos lhes oferecer para levar este intento às raias da realidade.

V - Dentro da melhor prática democrática temos nos empenhado para levar esses principais debates, e suas conclusões, às autoridades competentes dentro da esfera estadual e até mesmo federal e acreditamos que a força da mobilização social aliada ao nosso empenho resulta e resultará em grandes avanços ao atendimento dos anseios da nossa gente.

Ainda aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 06/04/09.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

INDICAÇÃO Nº 344/09

SÚMULA:

Propõe a Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR - que dedique especial atenção a Vila Rural Porta do Céu, no Município de Quarto Centenário.

Senhor Diretor-Presidente:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, vem a vossa presença para expor e reivindicar o seguinte:

I - Que se digne a V. Exa. em envidar todos os esforços com o fito de que se dedique especial atenção a Vila Rural Porta do Céu, no Município de Quarto Centenário que, através do nobre Vereador Rogerio Pereira da Silva nos oficia para que envidemos esforços para que se promova a iluminação do campo de futebol suíço daquela vila rural.

II - A falta de local apropriado para a prática esportiva tem favorecido a formação de grupos com fito criminal pela vila.

III - O nobre Vereador nos informa que o aumento constante da criminalidade está estreitamente ligado a ociosidade local. O esporte é uma ferramenta importantíssima para a inclusão social, além de permitir que todas as faixas etárias e sexos possam ter lazer e esporte de qualidade, desta forma, retirando das ruas e da ociosidade as crianças e jovens.

IV - Nossa atuação como Deputado Estadual, representando a região, é de muita luta e defesa incessante do desenvolvimento dos interesses regionais, e neste sentido nos colocamos à disposição para todo e qualquer auxílio que pudermos lhes oferecer para levar este intento às raias da realidade.

V - Dentro da melhor prática democrática temos nos empenhado para levar esses principais debates, e suas conclusões, às autoridades competentes dentro da esfera estadual e até mesmo federal e acreditamos que a força da mobilização social aliada ao nosso empenho resulta e resultará em grandes avanços ao atendimento dos anseios da nossa gente.

Ainda aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 06/04/09.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

#### INDICAÇÃO Nº 345/09

##### SÚMULA:

Propõe a Secretaria de Estado da Educação - SEED - que dedique especial atenção às necessidades do Centro de Educação Infantil Moisés Barbosa da Silva, no Município de Moreira Sales.

Sra. Secretaria Estadual da Educação:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, vem a vossa presença para expor e reivindicar o seguinte:

I - Que se digne esta Secretaria de Estado em enviar os esforços necessários para o atendimento das necessidades do Centro de Educação Infantil Moisés Barbosa da Silva, no Município de Moreira Sales, que nos pede através de ofício empenho na nossa sensibilização ao grande problema de falta de manutenção do prédio desde a sua fundação.

II - A falta de manutenção apropriada está deixando o prédio em situação de risco, pois rachaduras são frequentes.

III - A nobre diretora da instituição nos relata que os valores necessários a esta manutenção perfazem um total de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) e ainda nos pede empenho para se conseguir uma máquina de fabricar fraldas.

IV - Nossa atuação como Deputado Estadual, representando a região, é de muita luta e defesa incessante do desenvolvimento dos interesses regionais, e neste sentido nos colocamos à disposição para todo e qualquer auxílio que pudermos lhes oferecer para levar este intento às raias da realidade.

V - Dentro da melhor prática democrática temos nos empenhado para levar esses principais debates, e suas conclusões, às autoridades competentes dentro da esfera estadual e até mesmo federal e acreditamos que a força da mobilização social aliada ao nosso empenho resulta e resultará em grandes avanços ao atendimento dos anseios da nossa gente.

Ainda aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 06/04/09.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

#### INDICAÇÃO Nº 346/09

##### SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Sr. Roberto Requião e à Secretaria de Estado da Saúde a implantação de Unidades de Pronto Atendimento (UPA) nos Municípios paranaenses.

O Deputado Edson Strapasson, no uso de suas atribuições regimentais, após receber a aprovação de Plenário, REQUER, seja proposto ao Exmo. Governador do Estado Sr. Roberto Requião e ao Secretário de Estado da Saúde, Sr. Gilberto Berguio Martin, a implantação e adequação de Unidades de Ponto Atendimento nos Municípios paranaenses.

Indicando para a contemplação os seguintes Municípios: Almirante Tamandaré, Itaperuçu e Tunas do Paraná.

Sala das Sessões, em 06/04/09.

(a) EDSON STRAPASSON

##### JUSTIFICATIVA:

A solicitação de implantação ou adequação das Unidades de Pronto Atendimento (UPA), faz-se necessária devido ao fato destes Municípios apresentarem uma carência muito acentuada de atendimento nas questões que envolvem a área da Saúde, bem como o fato de alguns estarem desprovidos de uma unidade especializada para atender as necessidades emergenciais e de primeiros socorros da população.

As Unidades de Pronto Atendimento oferecem atendimento em tempo integral (24 horas), tendo médicos com especialidade pediátrica e clínico geral, bem como, propiciam ao cidadão o primeiro atendimento e encaminhamento nos casos de serviços hospitalares de maior complexidade, garantindo portanto, um atendimento digno à população paranaense.

Por essa razão, e com base na Portaria nº 2922 de 02/12/08, que conceitua e dá atribuições as Unidades de Pronto Atendimento, consideramos o pleito legítimo e justo para atender as necessidades primárias na área da Saúde, nos Municípios outrora indicados.

#### INDICAÇÃO Nº 347/09

##### SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado do Paraná Sr. Roberto Requião e à Secretaria de Estado da Cultura do Paraná - SEEC, atenção especial à implementação de uma unidade da Biblioteca Cidadã no Município de Alto Piquiri.

Em atendimento ao parágrafo 1º do artigo 127 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado

do Paraná, vimos indicar ao Exmo. Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná e à Secretaria de Estado da Cultura especial atenção no sentido de viabilizar a instalação de uma unidade da Biblioteca Cidadã no Município de Alto Piquiri.

O Município de Alto Piquiri, situado na Região Oeste do Paraná, conta com uma população de aproximadamente 10 mil pessoas e ainda não conta uma biblioteca pública adequada para uso de sua comunidade. A implantação e uma unidade da Biblioteca Cidadã torna-se elemento fundamental na consolidação das políticas públicas desenvolvidas pelo Governo do Paraná com vistas à melhoria da qualidade de vida do povo paranaense e na construção de uma educação de qualidade em todo o Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 06/04/09.

(a) PROFESSOR LEMOS

INDICAÇÃO Nº 348/09

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado do Paraná Sr. Roberto Requião e à Secretaria de Estado da Cultura do Paraná - SEEC, atenção especial à implementação de uma unidade da Biblioteca Cidadã no Município de Itaipulândia.

Em atendimento ao parágrafo 1º do artigo 127 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, vimos indicar ao Exmo. Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná e à Secretaria de Estado da Cultura especial atenção no sentido de viabilizar a instalação de uma unidade da Biblioteca Cidadã no Município de Itaipulândia.

O Município de Itaipulândia, situado na Região Oeste do Paraná, completa neste ano o 17º aniversário de emancipação e, apesar do seu constante desenvolvimento, ainda não conta uma biblioteca pública adequada para uso de sua comunidade. A implantação e uma unidade da Biblioteca Cidadã torna-se elemento fundamental na consolidação das políticas públicas desenvolvidas pelo Governo do Paraná com vistas à melhoria da qualidade de vida do povo paranaense e na construção de uma educação de qualidade em todo o Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 06/04/09.

(a) PROFESSOR LEMOS

INDICAÇÃO Nº 349/09

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado do Paraná Sr. Roberto Requião e à Secretaria de Estado da Cultura do Paraná - SEEC, atenção especial à necessidade da implantação de um Colégio Técnico Integrado de Agroecologia no Município de Itaipulândia.

Em atendimento ao parágrafo 1º do artigo 127 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado

do Paraná, vimos indicar ao Exmo. Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná e à Secretaria de Estado da Educação Especial de um Colégio Estadual de ensino técnico, na modalidade de Agroecologia, no Município de Itaipulândia.

O Município de Itaipulândia, situado na Região Oeste do Paraná, faz parte do grupo de Municípios de lindeiros ao Lago Itaipu e apresenta características favoráveis para a implantação de um Colégio Estadual de ensino técnico, em regime de internato. A posição geográfica e a relação com as questões ecológicas advindas dos aspectos relacionados com o Lago Itaipu e o Parque Nacional do Iguaçu, bem como as frequentes parcerias com a Itaipu Binacional, fazem de Itaipulândia um local de excelência para a oferta de ensino técnico na modalidade de Agroecologia, favorecendo toda uma região e colaborando para o desenvolvimento de profissionais que dissiminem os princípios da produção sustentável baseada no equilíbrio entre a agricultura e o meio ambiente.

Sala das Sessões, em 06/04/09.

(a) PROFESSOR LEMOS

INDICAÇÃO Nº 350/09

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado do Paraná Sr. Roberto Requião e à Secretaria de Estado da Cultura do Paraná - SEEC, atenção especial à necessidade da construção imediata do Colégio Rural Estadual José Martí de Jardim Alegre.

Em atendimento ao parágrafo 1º do artigo 127 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, vimos indicar ao Exmo. Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná e à Secretaria de Estado da Educação providências para a construção imediata do Colégio Rural Estadual José Martí - ensino fundamental e médio, situado no Município de Jardim Alegre, jurisdicionado ao NRE - Ivaiporã.

O Colégio Rural Estadual José Martí, localizado no Assentamento 80 de abril, atende cerca de 800 alunos nos períodos matutino, vespertino e noturno, funcionando em condições precárias no antigo barracão de madeira onde funcionava a oficina da fazenda sede que deu origem ao assentamento. A situação perdura por vários anos, causando imenso prejuízo à qualidade de educação naquele estabelecimento de ensino.

Sala das Sessões, em 06/04/09.

(a) PROFESSOR LEMOS

## ***Requerimentos***

REQUERIMENTO Nº 1389

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem perante o Exmo. Sr. Nelson Justus, Presidente desta Casa de Leis, requerer Sessão Extraordinária em homenagem aos 44 anos de



fundação do Pequeno Cotelengo do Paraná, completados no mês de março do corrente.

Sem mais para o momento, estreitamos nossos protestos de elevada estima e alta consideração.

Sala das Sessões, em 06/04/09.

(a) FÁBIO CAMARGO

#### JUSTIFICATIVA:

O Pequeno Cotelengo do Paraná é uma obra social criada em 25/03/65, na Cidade de Curitiba/PR, administrada por religiosos da Congregação Pequena Obra Divina Providência. Assim como esta, existem outras, localizadas em outros Estados e Países, que pertencem a mesma congregação, porém vivem independentes, de acordo com a cultura de cada região.

A congregação tem como base a filosofia do fundador Beato Luis Orione - Viver a Caridade, e que "Só a Caridade Salvará o Mundo" (Dom Orione). Embasados neste espírito é que se presta atendimento aos mais carentes e necessitados, abandonados e que por alguma razão não encontram auxílio na comunidade.

Esta entidade é referência no Estado do Paraná devido as características da clientela e o atendimento ser em regime de lares. Atende pessoas portadoras de necessidades especiais em ambos os sexos, na faixa etária de 0 a 65 anos, abandonadas ou em situação de risco, em regime de internato, hoje denominado "Lares". Proporcionam melhoria na qualidade de vida e bem-estar dos moradores a fim de que possam desenvolver suas habilidades.

#### REQUERIMENTO N° 1371

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado, na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de profundo pesar pelo falecimento, ocorrido em 29 de março do corrente ano, do Sr. Francisco Sbrissia.

Francisco Sbrissia, 76 anos, nasceu em 20/03/33. Deixa viúva a Sra. Maria Alcidina Sbrissia, com quem foi casado pelo longo período de 52 anos, e os filhos Rita de Cássia, Maria da Graça, Francisco Carlos, Maria Aparecida e Alzira Alice, além de nove netos e dois bisnetos.

Durante muitos anos, seguindo os passos de grande parte dos trabalhadores de São José dos Pinhais na segunda metade do século passado, foi funcionário da Indústria Sebegaglia, pioneira do Município. Posteriormente, ingressou na Administração Municipal, onde se aposentou como motorista.

O Sr. Francisco Sbrissia deixa sua passagem terrena entre os que o conheceram por sua conduta simples e amiga. Tinha como principal objetivo servir o próximo, prestando inestimável colaboração à sociedade, sempre ao lado de uma família unida e solidária.

Sua passagem deixa exemplo de convivência de amor a seus familiares e a todos que tiveram a grande oportunidade de lhe conhecer. A família, que desfrutou

de sua convivência tão sublime, recebeu ampla manifestação de sentimento de pesar pelo seu falecimento.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 06/04/09.

(a) FRANCISCO BÜHRER

#### REQUERIMENTO N° 1390

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado em ata dos Trabalhos desta Casa, voto de pesar pelo falecimento do Sr. Nereu Perondi, ex-Vice-Prefeito de Ampére, ocorrido no dia 05 do corrente, nesta Capital, onde se encontrava em tratamento de saúde.

Requer, ainda, seja dado conhecimento deste requerimento à família enlutada, na pessoa da Sra. Enelir Perondi.

Sala das Sessões, em 06/04/09.

(a) CAÍTO QUINTANA

#### JUSTIFICATIVA:

Com 53 anos, faleceu na madrugada de ontem, domingo, o Sr. Nereu Perondi, de Ampére, que se encontrava internado nesta Capital em tratamento de saúde.

Empresário, Nereu Perondi, foi funcionário da Prefeitura e Diretor da Câmara de Vereadores, tendo exercido por duas vezes as funções de Vice-Prefeito de Ampére. Era formado em contabilidade e também bacharel em direito.

Deixa viúva a Sra. Enelir Perondi, e os filhos Rafael, Mateus e Marina.

Por este requerimento, queremos manifestar nosso pesar e inteira solidariedade à família enlutada, pelo prematuro falecimento desse companheiro, que certamente deixará uma grande lacuna no seu círculo de amigos.

#### REQUERIMENTO N° 1392

Senhor Presidente:

A Deputada que a presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER depois de ouvido o douto Plenário, sejam enviados a Sra. Elenir Perondi e família votos de pesar pelo falecimento de Nereu Perondi, ocorrido em 05 de abril do corrente ano.

Nereu Perondi foi Vice-Prefeito de Ampére de 1989 a 1992 e de 2001 a 2004, e também Diretor do Departamento Municipal de Indústria e Comércio. Era casado com Elenir Perondi, com quem teve três filhos.

Hoje, o Município de Ampére e a região Sudoeste estão muito tristes pela perda deste homem que nunca mediu esforços para a construção de uma sociedade mais justa e solidária. A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná se solidariza com a família do Sr. Nereu Perondi, a quem externamos votos de profundo pesar.

Sala das Sessões, em 06/04/09.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

# REQUERIMENTO N° 1370

Senhor Presidente:

A adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de congratulações ao PROVOPAR, através da respectiva Presidente, Exma. Sra. Lúcia de Mello e Silva Arruda, bem como ao estilista Gianni Cocchieri, em razão do projeto Costurando a Liberdade.

Trata-se de projeto destinado a capacitação das mulheres que cumprem pena na Penitenciária Feminina, na área de confecção de alta costura. A descrição do projeto segue anexo e merece o reconhecimento desta Casa e de toda a sociedade paranaense, haja vista buscar a efetiva inserção social das egressas do sistema penitenciário.

Em nada contribui com a sociedade restringir a liberdade de seres humanos se não existir a possibilidade de tornar essas pessoas aptas ao convívio social.

É preciso enaltecer a iniciativa e tornar esse momento um exemplo e um ponto de partida para a efetividade da execução penal.

Sala das Sessões, em 06/04/09.

(a) CIDA BORGHETTI

## DESCRIÇÃO DO PROJETO COSTURANDO A LIBERDADE:

O PROVOPAR do Paraná, Programa de Voluntariado do Paraná, organização não governamental do Estado do Paraná, sob a presidência de Lúcia de Mello e Silva Arruda, tem como missão a inclusão social, viabilizada pela capacitação profissional cujo retorno é a geração de rendas.

No universo da exclusão, associada à violência ao procedimento e à instabilidade social, o PROVOPAR tem também como demanda a atuação no Sistema Penitenciário, especificamente na Penitenciária Feminina do Paraná, estabelecimento penal de segurança máxima, destinado à custódia de presos condenados. Aqui vale um parêntese no sentido de que o trabalho é uma das vertentes do exercício da cidadania. Através da prática laboral, pretende-se a capacitação profissional, com vistas à reinserção social, tornando-se um elemento que aumenta a auto-estima. É importante, escolher as atividades conforme aptidões profissionais e a demanda do mercado de trabalho, pois isto vai permitir na ocasião da liberdade a sua reinserção social.

Pode-se a firmar, sem receio de errar, que a capacitação profissional é um dos elementos do tratamento penal e garante o retorno à sociedade. Lembrando que a restrição da liberdade das pessoas que cumprem pena, não se resume ao isolamento, mas sim, possibilitar a sua educação, capacitação profissional para que as mesmas tenham chances concretas de reinserção à sociedade, permitindo a sua autosubsistência, fator fundamental, para diminuição da incidência criminal.

Dentro desse leque, diversificadas foram às experiências positivas, neste relato, porém vamos nos ater ao Projeto Costurando a Liberdade destinado a capacitar as mulheres que cumprem pena na Penitenciária Feminina

do Paraná, na área de confecção de alta costura, cuja modalidade o mercado carece de mão de obra. Para a execução do projeto, o PROVOPAR buscou a parceria do estilista Gianni Cocchieri e sua esposa Vânia, e em 14/06/08 as detentas da Penitenciária Feminina deram início ao curso de alta costura e começaram a costurar com os tecidos apreendidos pela Receita Federal e doados ao PROVOPAR.

A fim de brindar a ação, no dia 07 de abril do corrente ano, o Museu Oscar Niemayer estará abrindo seu espaço para numa grande passarela, 45 looks, confeccionados pelas detentas, possam ser mostrado a sociedade o resultado de uma parceria entre o PROVOPAR, a Empresa Gianni Cocchieri e a Penitenciária Feminina do Paraná, que este fato pode mudar a história de vida destas mulheres que vivem a margem da sociedade e até então com profissão irrelevante para o mercado de trabalho.

# REQUERIMENTO N° 1379

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Sr. Ernani de Souza Cubas Junior.

Sala das Sessões, em 06/04/09.

(a) NEY LEPREVOST

## JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Ernani de Souza Cubas Junior, Procurador de Justiça, Coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias Criminais, do Júri e de Execuções Penais, atuando também junto à Coordenação de Recursos Extraordinários do Crime; formado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, ingressou no Ministério Público do Paraná como Promotor de Justiça Substituto passando pelas comarcas de Palmital, Realeza, Jaguariaíva, Loanda, Guarapuava e Curitiba, realizando excelente trabalho, cumpre atualmente o papel de estimulador da integração e do intercâmbio entre os órgãos de execução afins, remetendo informações técnico-jurídicas sem caráter vinculante, orientando e estabelecendo metas aos Promotores.

# REQUERIMENTO N° 1380

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Sr. Ardisson Naim Akel.

Sala das Sessões, em 06/04/09.

(a) NEY LEPREVOST

## JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Ardisson Naim Akel, Presidente da Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado do Paraná - FACIAP, entidade que congrega atualmente 247 associações comerciais do Paraná sob sua responsabilidade, sempre fomentando o desenvolvimento econômico e social, fortalecendo as unidades, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida nas comunidades a que pertencem, agregando, represen-

tando e defendendo os interesses dos filiados de forma a contribuir para o seu crescimento, alavancando o progresso em suas regiões.

#### REQUERIMENTO N° 1381

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Batalhão de Polícia Ambiental pelos 52 anos.

Sala das Sessões, em 06/04/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Batalhão de Polícia Ambiental pelos 52 anos, que executa o policiamento ostensivo de forma preventiva ou repressiva, coibindo e dissuadindo ações que representam ameaças ou depredações da natureza, zelando pelo cumprimento da legislação ambiental de defesa da flora e fauna silvestre, autuando os infratores, orientando a população da importância da conservação e proteção ambiental, atuando preventivamente, desenvolvendo programas de educação do meio ambiente junto à comunidade, trabalho que realiza sempre com competência e dedicação, transformando a estrutura em referência no Brasil.

#### REQUERIMENTO N° 1382

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício aos Exmos. Srs. Roberto Requião, DD. Governador do Estado do Paraná; Gilberto Berguio Martin, DD. Secretário de Estado da Saúde; e Luiz Forte Neto, DD. Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, solicitando a implantação de um Centro de Saúde da Mulher e da Criança no Município de Ramlândia.

Sala das Sessões, em 06/04/09.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

O objetivo do presente é reiterar solicitação formulada ao Governo do Estado, no sentido de que o Município de Ramlândia seja contemplado, em caráter de urgência, com um Centro de Saúde da Mulher e da Criança.

Trata-se de Município com o menor IDH da região, no qual se desenvolvem vários projetos de assentamentos do INCRA e do crédito fundiário, não possui hospital, sendo a população atendida em um único Posto de Saúde em péssimo estado de conservação.

Dessa forma, tendo em vista a demanda existente no atendimento a gestantes e recém-nascidos, necessita de um local apropriado para atender essa clientela, e a implantação de um Centro de Saúde da Mulher e da Criança será de relevante importância para a área de Saúde local, auxiliando assim, sobremaneira, a melhoria da qualidade de vida daquela população.

#### REQUERIMENTO N° 1391

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado ofício a Exma. Secretária de Estado da Educação, Yvelise Arco-Verde, para confirmar se esta Secretaria aceita como documento legal - para fins de contratação em concurso público ou no processo seletivo simplificado - o certificado de conclusão do curso de Complementação em Pedagogia da Universidade Castelo Branco (UCB), realizado por professores que fazem parte do Programa de Capacitação para Doentes da VIZIVALE.

Sala das Sessões, em 06/04/09.

(a) PÉRICLES DE MELLO

JUSTIFICATIVA:

O Programa Especial de Capacitação para Doentes dos anos iniciais do ensino fundamental e da educação infantil ofertado pela Fundação Faculdade Vizinhança Vale do Iguaçu - (VIZIVALE), em parceria com empresa Inteligência Educacional e Sistemas de Ensino (IESDE) formou cerca de 35 mil alunos, entre professores e estagiários. O programa foi aprovado pelo Conselho Estadual de Educação, mas o Conselho Nacional de Educação questionou a autoridade do Estado em deliberar sobre cursos a distância.

Ação que gerou o impasse no registro dos diplomas que até hoje não foi solucionado e deixou os professores sem o título de graduação.

Desde então, a Universidade Castelo Branco passou a oferecer uma complementação convalidando a grade horária do programa da VIZIVALE, o que, segundo a UCB, vai garantir a certificação em pedagogia plena reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC). Conforme consta no documento anexo, a complementação da UCB consta com 442 hora/aulas, distribuídas em sete disciplinas, ofertadas uma vez por semana, com duração de nove meses. O investimento de cada aluno é cerca de R\$ 200 por mês.

Muitos professores estão com dúvidas sobre a validade dessa complementação, por isso a necessidade da Secretaria de Estado da Educação confirmar se aceita o certificado de conclusão da complementação da UCB, como documento comprobatório para os professores assumirem cargos em concurso público do Estado ou no Processo de Seleção Simplificado.

#### REQUERIMENTO N° 1385

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio expediente ao Deputado Federal Michel Temer - Presidente da Câmara dos Deputados, manifestando total apoio para a provação na Câmara dos Deputados, do Projeto de Lei n° 300/07, que estende incentivos estabelecidos pela Lei n° 8248 de 23/10/91, ao setor de jogos eletrônicos.

A aprovação da referida proposição será de extraordinário estímulo ao segmento de criação de jogos eletrônicos no País, gerando novos empregos e novas oportunidades de negócios, e ao mesmo tempo coibindo e minimizando a comercialização ilegal de produtos importados.

Sala das Sessões, em 06/04/09.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

#### REQUERIMENTO N° 1386

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de pedido de informações para o Sr. Gilberto Martin - Secretário de Estado da Saúde, para informar os seguintes questionamentos:

- Quais foram os investimentos na Unidade de Internação Santo Antonio do Hospital de Dermatologia Sanitária do Paraná em 2007 e 2008?

- Qual a previsão de investimentos na referida Unidade Sanitária para o ano de 2009?

- Qual o número de leitos atualmente da referida Unidade Sanitária?

- Existe estudos de projetos futuros para restauração, reformas e/ou construção na referida Unidade Sanitária?

Sala das Sessões, em 06/04/09.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

#### REQUERIMENTO N° 1387

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de pedido de informações para o Sr. Luiz Forte Neto - Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, para informar os seguintes questionamentos:

- Em relação ao Terminal de Transporte Coletivo do Roça Grande no Município de Colombo, o referido terminal está com suas obras totalmente concluídas?

- Foi firmado acordo entre a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC e a URBS, para a integração ao Sistema de Transporte Coletivo de Curitiba do referido Terminal do Roça Grande?

- Quando dar-se-á o início das atividades do referido terminal?

Sala das Sessões, em 06/04/09.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

#### REQUERIMENTO N° 1378

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos moradores da Rua Francisco José Martins - Bairro Uberaba, que pedem,

em regime de urgência, policiamento nessa rua, tendo em vista que em frente aos n°s 221 e 239 existe um terreno baldio, com mato alto, que está servindo de esconderijo para assaltantes e desocupados. Dia 17 de março ladrões entraram na residência de n° 221 levando praticamente tudo o que nela existia e, dia 21 de março, entraram em outra residência, fazendo o mesmo. A situação encontra-se crítica e os moradores estão apavorados, motivo pelo qual pedem policiamento o mais breve possível.

Sala das Sessões, em 06/04/09.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

### *Projetos de Lei*

#### PROJETO DE LEI N° 134/09

A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1° É obrigatória a instalação de detectores de metais nos acessos aos estabelecimentos de ensino fundamental e médio da rede pública e privada com mais de 250 (duzentos e cinquenta) alunos por turno e nas Cidades com mais de 50 mil habitantes.

§ 1° O ingresso de toda e qualquer pessoa em estabelecimento de ensino fundamental e médio da rede pública e privada, sem exceções, está condicionado à passagem por um detector de metais e da inspeção visual de seus pertences, quando identificada alguma irregularidade.

§ 2° Será concedido um prazo de 180 dias ou o início do próximo período letivo escolar, prevalecendo o que primeiro ocorrer, a contar da entrada em vigor desta lei, para que todas as escolas se enquadrem no caput deste artigo e adotem a medida preconizada.

Art. 2° Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 06/04/09.

(a) FÁBIO CAMARGO

#### JUSTIFICATIVA:

Considerando o significativo aumento do nível de violência nas escolas públicas e privadas do Paraná praticados por jovens delinquentes e pessoas ligadas à contravenção, frequentadoras dos centros educacionais, conforme tem sido divulgado pela imprensa nacional.

Considerando que estas pessoas e alunos têm vinculação direta com o tráfico de drogas e armas e que muitas vezes utilizam os estabelecimentos de ensino como ponto de venda e comercialização de seus produtos.

Considerando que juntamente com estas ações ilícitas, estão sendo incrementadas as ações de violência armada, praticadas dentro das escolas, não só contra os alunos regularmente matriculados, como também contra a equipe de educadores e de apoio operacional das mesmas;

Considerando que estas ações ocorrem marcadamente e com maior incidência nas grandes escolas, principalmente nas localizadas nas Cidades de médio e grande porte, visto que as particularidades urbanas associadas à violência, estão mais presentes nestes centros.

Torna-se imperioso e urgente, coibir a entrada de armas nos centros de ensino e para tal é importante dotar todas as escolas, de equipamentos modernos e eficazes na prevenção de entrada de armas, de quaisquer tipos que sejam.

Fundamentado nas experiências de programas de segurança contra a violência pessoal e patrimonial, identifica-se que os detectores de metais, acrescidos da inspeção visual monitorada dos pertences, podem coibir a entrada de objetos que facilitam estas atividades criminosas.

Na certeza de que a nossa iniciativa se constitui em aperfeiçoamento oportuno e relevante, para o ordenamento da segurança nas escolas públicas, esperamos poder contar com o valioso apoio dos nobres Pares, em favor de sua aprovação nesta Casa.

### ***Pequeno Expediente:***

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Tadeu Veneri, no Pequeno Expediente e no Horário das Lideranças.

### ***Deputado Tadeu Veneri (PT)***

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas.

Venho a essa tribuna hoje, já falei com o Líder do Governo, na verdade para que possamos fazer um debate a respeito de declarações que me parecem absolutamente equivocadas, que foram feitas na última semana, pelo Líder do Governo, logo após uma reunião havida - Deputado Péricles, V. Exa. estava nessa reunião, eu não estive porque estava em outro compromisso - num hotel aqui próximo, onde a direção do PT, os Deputados e a Deputada Luciana Rafagnin, dois dos nossos três Secretários, a Secretária Lygia e o Secretário Verri estavam presentes. Obviamente que o Vice-Governador colocou algumas das suas posições. O PT também fez ponderações a respeito da leitura que tem do processo eleitoral do próximo período eleitoral. Obviamente que isso é um processo absolutamente legítimo dos partidos de se movimentarem, buscando ser contemplados dentro das suas cartas programáticas, dentro da sua intenção de apresentarem e verem executado um programa para o estado do Paraná, um programa que o Governo Federal, como nós temos tido uma sequência desse programa. Tudo isso foi feito e tem sido feito com a maior transparência.

Mas, antes comentei que conversei agora há pouco com o Líder do Governo. Tive o cuidado inclusive de realmente confirmar com ele se algumas daquelas afirma-

ções feitas eram procedentes, aqueles que estão nos jornais, que estão em alguns blogs. O Deputado me confirmou que sim, embora tenha dito que se referia, não de forma geral, aos petistas e sim à algumas direções do partido.

Eu não tenho procuração e nem pretendo ter, para fazer defesa absolutamente de ninguém, mas me parece bastante dúbio quando fazemos afirmações. Reiteramos essas afirmações para que a imprensa e depois tenhamos fazer com que essas afirmações fiquem menos pesadas, como de fato foram.

Falo isso muito tranquilo, Sr. Presidente, até porque o Deputado Caíto sabe e outros Deputados aqui sabem, nós dentro do PT temos diversos agrupamentos, diversas correntes, nos organizamos dentro de segmentos. Tivemos inclusive neste final de semana uma reunião de dois grupos dentro do PT, que vão se unir para a próxima eleição interna, que é a articulação de Esquerda militante socialista, em São Paulo, junto com outros diversos grupos menores. Devemos apresentar uma proposta para o PT, o que é normal, tem sido sempre assim, outros Deputados se organizam, outros militantes se organizam e fazem as suas escolhas. Isso é tudo normal e não há nenhuma surpresa nisso.

Mas o que me surpreendeu, e aí eu entro no tema que me traz a esta tribuna, justamente depois de ter falado com o Deputado Romanelli, na CCJ que aprovou, Sr. Presidente, os três projetos de resolução. Nem poderia ser diferente. Mas aprovou, felizmente, nós vamos votá-los hoje. Eu fiquei um pouco surpreso, porque ouvi o Deputado Romanelli dizendo que foi uma pessoa psicanalisada. E por ter feito análise, o Deputado Romanelli comenta que gosta das coisas claras e de não ser enganado. Ele fez essa afirmação logo depois da reunião que houve e que já citei aqui, dos petistas, dizendo que os petistas estão agarrados a cargos e já fecharam com o Senador Osmar Dias e estariam levando o PMDB a reboque.

Acho que até aí nenhuma novidade, uma vez que o Líder do Governo tem reiterado a sua posição de opinar sobre tudo. O Deputado Romanelli tem essa postura de dar palpite sobre absolutamente tudo, inclusive sobre as reuniões que ocorrem mesmo quando não está presente e não sendo Presidente do partido.

### ***Passa a usar o horário da Liderança do PT***

Quando falo que o Deputado Romanelli fez psicanálise e gosta das coisas claras, e comentei que é bom ele avisar alguns Deputados sobre seu próprio partido, porque alguns Deputados do seu partido têm andado muito próximo do Beto Richa em encontros, em determinadas situações, que parece até já estão em campanha. É também uma opção natural, como todos têm essas opções. Aqueles que acompanham o Deputado Romanelli, e sou uma pessoa que ouço muito o deputado Romanelli aqui,

sabem e talvez a psicanálise não tenha conseguido o resultado esperado, favorável. O Deputado Romanelli tem nível baixíssimo de resistência à frustração. Muito difícil o Deputado Romanelli - e os Deputados de Oposição sabem muito bem aqui do que estou falando, mesmo os Deputados de Situação - é muito difícil o Deputado Romanelli aceitar uma crítica e entender que a crítica é para que possamos crescer.

Esse processo de não aceitar críticas talvez faça com que tenhamos esse tipo de intervenção. Essa dificuldade é uma das dificuldades de ouvir críticas. O Deputado Romanelli foi do PC, prefiro não discutir essa intervenção sobre o ponto de vista da psicanálise, até porque a psicanálise para alguns é uma ciência, para outros não. Aprendi isso durante os quatro anos que fiz Psicologia na Universidade Federal do Paraná, embora não tenha concluído o curso, fiz um ano na Católica e quatro na Federal, mas aprendi que a psicanálise, como tudo na vida, é bastante questionada. Prefiro que façamos essa discussão e essa intervenção de V. Exa. pelo viés não psicanalítico, mas pelo entendimento da política. Maringuela, que era do PC e que morreu justamente combatendo a ditadura militar, dizia que a prática é a medida da verdade. Vamos à prática pela Esquerda, sem desconsiderar a psicanálise, mas sabendo que eu já falei que para alguns ela é uma ciência e para outros é bastante discutível. Não é absolutamente uma bula papal que não pode ser questionada, como era as bulas papais do século XIV, com verdades absolutas. Não precisa nenhuma inteligência para entender isso.

Até em respeito a Maringuela, que nunca admitiu que os privilégios dos cargos lhe turvassem a visão, acho que precisamos discutir pela Esquerda. É melhor assim. Quando Maringuela se pronunciava dessa forma, ele não era omissos e nós não queremos ser omissos. Não quero ser omissos ouvindo críticas a petistas, não à direção do partido, não a um Deputado específico, não à uma pessoa, mas à petistas de uma forma geral, e isso está desmentido em todos os jornais, em todos os blogs, que os petistas são falsos, não são leais, e por não serem leais é que o Deputado Romanelli se insurgiu.

Poderíamos deixar para lá, mas quando o Padre Vieira comentou a respeito das invasões holandesas no século XVII, o Padre Vieira dizia em um dos seus sermões: "Pelo que fizerem alguns serão condenados, e pelo que deixarem de fazer condenar-se-ão a todos" Repete, a todos! E diz que "A omissão é o único pecado que se faz não fazendo." Nós podemos pecar por tudo, menos por omissão.

Acho que não podemos cair na tentação de não responder para deixar para lá, porque sinceramente, não dá para ficarmos quietos diante de uma declaração dessas, que no mínimo é uma declaração explícita de ingratidão.

O que nós sabemos, Deputada Luciana, - não desconhecemos que fazemos política - é que não sei quais as razões que levaram a essas declarações, mas sei que não

questionamos quando o Governador Serra veio aqui, duas ou três vezes, e nem é nosso direito, não questionamos quando o Beto Richa esteve nesta Casa como convidado, Prefeito da nossa Cidade, e que alguns Deputados, inclusive o Deputado Romanelli, estiveram juntos até o chamado de "meu Governador, porque acho que não há - e é natural que não façamos isso - patrulhamento na política. Nós fazemos política e não fazemos doutrinação ideológico de ninguém, até porque o patrulhamento é obscurantista, é menor e isso não iria mudar fazendo desse jeito.

E me pergunto: será que o Deputado Romanelli esqueceu que nesses seis anos o PT esteve à frente da Liderança do Governo por duas vezes, indicado pelo Governador Requião? Que foi o PT de Lula que decidiu a eleição em favor do Governador em 2002 e 2006, mesmo com os comitês Requião e Alckimin, e que nesses dois anos de sua liderança os petistas não faltaram uma única vez em apoio ao Governo, com a maioria dos Deputados sequer assinando a PEC do nepotismo, para não constranger o Governador, que foi uma discussão que tivemos dentro do partido e não foi feito, em nenhum momento, nenhum constrangimento público com relação a isso? Será que o Deputado Romanelli esqueceu que isso é ser leal e que somos extremamente leais? Será que esqueceu que foi a decisão de fechar questão no nosso partido que fez com que o irmão do Governador, Maurício Requião, tivesse seis votos do nosso partido e, por unanimidade, fosse aqui nesta Casa, com exceção das abstenções, indicado para o Tribunal de Contas, porque se tivéssemos fechado questão em contrário ou deixado em aberto, provavelmente teríamos outros Deputados que seriam candidatos? Será que não vimos isso? Surpreende com as suas declarações.

Mais uma vez quero pegar o Maringuela: "A prática é a medida da verdade". Quem estava nos comícios do Beto Richa não eram os petistas, e quem continua hoje nos comícios e nas reuniões do Beto Richa não são os petistas, e o Beto Richa é, possivelmente, um candidato ao Governo do Estado. Aliás, é bom que se coloque isso, porque a PEC do Emprego não passou por um voto. Poderíamos dizer que era um voto do PT, de um Deputado nosso que não estava aqui, mas não vamos dizer isso, porque havia quatro do PMDB que também não estavam presentes e nem por isso são desleais, nem por isso podem ser acusados de estarem fazendo jogo duplo e bem serão, porque não há sentido nisso.

E aí me pergunto: será que o Líder do Governo quer indicar? porque diz que o Líder do Governo que nós, petistas, estamos agarrados a cargos e que assim que terminar o período, vamos todos sair e procurar concorrer às eleições, inclusive os nossos Secretários, como se isso não fosse um direito. Mas, me pergunto: será que o Líder do Governo quer indicar os seus aliados para as Secretarias hoje ocupadas por companheiros do PT? Não há nada de mais em indicar, quem quer que seja, para ocupar

as Secretarias hoje ocupadas pelo PMDB, mas tem que fazer através do Governador Requião quem retira e não é o Deputado Romanelli quem retira ou indica Secretários ainda, pelo menos, porque ele ainda é o Líder do Governo e não é o Governador. Digo mais: isso tumultua e não acrescenta.

Não é porque em uma conversa de corredor que o Samek falou que já estamos caminhando para fechar com o Osmar Dias que nós podemos abrir aqui razões para fazer isso. Os Secretários podem, sim, sair candidatos, porque é um direito deles se assim entenderem, mas se existem cargos que não foram concedidos por critérios republicanos, precisamos saber.

Estou há seis anos na ALEP e não tenho nenhum cargo no Governo e nem por isso deixo de votar nos projetos que julgamos corretos para a maioria da população. Então, Deputado Romanelli, a quem o senhor se refere explicitamente? A quem o senhor diz que só quer cargos e por isso fica ciscando em volta do Governo? Na identificação, nós precisaríamos saber, porque aparentemente acho melhor que apontemos e não se generalize, porque se tem objetivo, que não seja um objetivo genérico ou irreal. Acusar de desleais os companheiros do PT não acrescenta absolutamente nada. Não dá para ficar depois com ironias, com devaneios, com desqualificações. Daria até para pensar, Deputado Romanelli, que aí entram as sessões de análise realmente, na identificação de alter ego em Requião, Beto Richa, ou mesmo em alguns Deputados que V. Exa. publicamente critica, mas discretamente admira.

Quem se levantou para impedir o pedido de informações sobre as relações entre Iguatemi e a Prefeitura não foi o Presidente do PSDB, que aliás nos ajudou inclusive, foi solicitamente buscar essas respostas; foi o Líder do Governo, Deputado Romanelli, dizendo que não poderia fazer isso aqui não era uma Secretaria e nem uma Delegacia Policial. E isso o senhor chama de lealdade?

Então, quero colocar aqui, cobrar a tão chamada lealdade: as 30 horas da Saúde, combate ao assédio moral, o número de alunos por sala de aula da Deputada Luciana, o projeto da Bolsa Verde do Deputado Pedro Ivo a idade mínima do Deputado Péricles, a democracia direta, o projeto dos 120 dias de licença maternidade do Deputado Elton e a Deputada Luciana.

Não vamos questionar lealdade em votar esses projetos, colocá-los em pauta, mas entendemos que precisamos discuti-lo, sim, porque não estamos sendo contemplados.

Novamente gostaria de saber que cargo misteriosos são esses que estão sendo concedidos de forma não republicana e que vêm ao debate como se nós tivéssemos que ser agradecidos *ad tertum* por isso. O que muitos petistas se perguntam hoje em relação às suas declarações é que razões obviamente, além daquelas particulares, sessões de análise, levam o Líder do Governo, gratuitamente, a agredir os petistas

do Paraná. Será a velha prática de buscar inimigos externos, já que não controla mais internamente a sua bancada? Ou quer mais, criar já mecanismos para justificar um possível afastamento num primeiro ou num segundo turno? O PT decidirá qual será a melhor opção, da mesma forma que fará o PMDB e demais partidos, sem que isso se configure traição. Ou quem sabe o desejo latente, não tão inconsciente assim, de se abraçar com as bandeiras do neoliberalismo tão criticadas durante estes tempos recentes.

Só o tempo dirá. Repito: respeito-os mas não os temo. De minha parte, farei sempre as vezes de alguém que pode ser criticado por tudo, menos por ser desleal. Acusar meu partido e meus companheiros de deslealdade não ficará sem resposta.

Me reconheço com todos os erros neste partido, e como nos ensinou Santo Agostinho: “Prefiro os que me criticam, porque me corrigem, aos que me adulam porque me corrompem.” Deputado Romanelli, suas críticas serão sempre bem-vindas, mas as faça com altivez, com clareza, sem subterfúgios, muito menos utilizando como desculpa esta bela profissão de psicanalista.

Não cabe aqui nenhuma questão absolutamente pessoal, mas cabe sim, política. Não vejo chamar de desleais aqueles do PSDB, que por vezes votam contra o Governo, mesmo sabendo que o PSDB tem um Secretário e tem lá, me parece, o Presidente da Lactec. E não seria correto chamar de desleal aqueles que votam de acordo com o seu Partido. Nós votamos de acordo com aquilo que o PT entende ser correto. Temos feito um caminho de alianças que entendemos correto. Esperamos estar com o PMDB, sim, esperamos ter uma aliança progressista no Paraná, entendemos que é necessária.

Se há crítica, que seja feita à direção; se há crítica a Deputado, que seja feita ao Deputado; se há cargos pendurados, que sejam ditos quais são os cargos, quem são as pessoas, de que forma receberam esses cargos. Agora, acusar os petistas, dizer, 50 mil no Estado do Paraná, 1 milhão no Brasil, de desleais e de estarem sempre em volta buscando carguinhos, no mínimo é esquecer a história que construímos juntos nesse período todo.

Então, Deputado Romanelli, sei que o senhor vai usar novamente a tribuna, e vou ouvi-lo, porque eu não tenho a dificuldade que talvez o senhor tenha de ouvir, eu vou ouvi-lo sentado ali naquela cadeira. Agora, vou repetir, todas as críticas ao meu partido serão respondidas, à medida que forem feitas de forma obscurantista e que não ajudem em nada no entendimento de quem quer, no Paraná, a continuidade de um Governo progressista como é o Governo Requião, mesmo que isso signifique muitas vezes termos caminhos diferentes com objetivos iguais.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra o Deputado Luiz Claudio Romanelli. Antes do Deputado Romanelli, passo a palavra ao 1º Secretário, Deputado Scanavaca, que proceda, por gentileza, à leitura do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Fernando Scanavaca**)  
(**Procede à leitura do Expediente**)

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito, Deputado Luiz Claudio Romanelli.

## ***Deputado Luiz Claudio Romanelli*** (**PMDB**)

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Em função da intervenção do Deputado Tadeu Veneri, ocupo a tribuna para poder, de forma pública, manifestar o que disse nos últimos dias a respeito da postura de alguns dirigentes do PT.

Deputado Tadeu Veneri. V. Exa. sabe que generalizar uma declaração que pontuei em relação à conduta de algumas pessoas é uma forma desleal de tratar um debate que os nossos partidos, PMDB e PT, precisam travar.

Quero dizer que muitos da Bancada do PT sabem muito bem o quanto tenho defendido o PT e o Governo do Presidente Lula. Poucos aqui defendem as políticas públicas que são desenvolvidas e a postura política do Presidente Lula e do PT. Muitas vezes aqui, quem defendeu o PT fui eu. Eu tenho, sim, história para poder falar e criticar esse ou aquele dirigente do PT que, no Estado do Paraná, por conta de conveniências em relação a um processo eleitoral, acabam ultrapassando aquilo que, na minha avaliação, é o limite do que deve ser a convivência democrática e fraterna entre os nossos partidos.

Já que V. Exa. não gosta de psicanálise, renega Freud e Marx para poder analisar a questão política, vamos falar de uma dupla do momento, do Vitor e Léo. Na sua música Borboletas, diz o seguinte:

“Não sei o que mudou, mas nada está igual, numa noite estranha a gente se estranha e fica mal.”

Digo isso porque quando nós do PMDB questionamos o movimento feito pelo PT, e digo quem fez o movimento, o Ministro Paulo Bernardo, a Presidente do partido, Gleisi Hoffmann, e tem mais um Deputado Federal que não vou citar o nome, qual foi o movimento? Apoiar a candidatura do Senador Osmar Dias ao Governo do Estado.

No sábado de manhã travamos um diálogo numa rádio, o Senador Osmar Dias em Curitiba e eu na 104 em Cornélio Procopio, e discutimos o tema. Ele disse para eu explicar por que estou brabo de o PT querer apoiá-lo na sua candidatura ao Governo do Estado. Foi isso que ele disse.

Não estou brabo como o PT. O Senador Osmar Dias, como disse outro dia o Vice-Governador Orlando Pessuti, está dentro da mesma árvore genealógica, nasceu no MDB, como o Álvaro Dias, Roberto Requião, como tantos aqui que estão nesta Casa, como o Beto Richa. E não tenho o Beto Richa como inimigo público, sempre mantivemos com o Beto Richa um relacionamento respeitoso. E vou tirar tantas quantas fotos eu quiser com o Beto Richa. Entendo que temos que ter o relacionamento republicano. Eu me orgulho da foto que tenho com o Presidente Lula lá na minha sala.

O que questiono é o movimento que o PT fez no sentido de articular uma candidatura do Senador Osmar Dias para dar um palanque forte para a Ministra Dilma, aqui no Estado do Paraná, e não nos comunicou.

O PMDB e o PT têm, no Paraná, uma aliança política que integra a base do nosso Governo nesta Casa, e com absoluta lealdade, como integra o nosso Governo.

Deputado Tadeu Veneri, V. Exa. devia ler menos os blogs que fazem as intrigas e ouvir mais as minhas declarações, que dou nas rádios, porque, em momento algum, disse que os petistas tinham que deixar os cargos que ocupam no Governo. Ao contrário, tenho elogiado o desempenho da Lygia, do Enio, do Bianchini, entre tantos outros companheiros que têm dado aporte intelectual e administrativo ao nosso Governo. Mas não posso deixar de manifestar o meu inconformismo em relação à postura do PT.

Sinceramente, se fizesse o PMDB diferente disso, ouvimos aqui a manifestação a favor do Osmar Dias pela voz do Presidente Lula, ao mesmo tempo a Ministra Dilma vem ao Paraná e procura o Governador Roberto Requião. Sabemos que as coisas na política estão muito bem postas, ou seja, o Senador Osmar Dias é do PDT, que integra a base do Presidente Lula, vai ser candidato a Governador, e o PT o quer para ter um palanque forte. Por outro lado, o PMDB decidiu pré-lançar o nome do Vice-Governador Orlando Pessuti, e o PSDB tem dois pré-candidatos: o Senador Osmar Dias e o Beto Richa.

O que questionamos é em relação à postura de dirigentes. Eu conheço o PT, no interior do Estado do Paraná, melhor que muito dirigente petista. E o PT é um partido que tem conosco uma profunda identidade.

Entendo que a política tem que ser discutida face a face. O movimento do PT em favor do Osmar Dias é legítimo, desde que o PT diga, formalmente, tem que chamar o PMDB e dizer que quer construir uma aliança diferente para 2010. Dizer que vão apoiar o Senador Osmar Dias. Isso não pode ser visto pela coluna do Celso Nascimento, nem pelas notas políticas da Kátia Chagas, na Gazeta do Povo, nem da Elizabeth Castro, ou da Roseli Abrão, no Estado do Paraná e no Hora H.

Digo isso no sentido de que um partido político não pode ser informado dos movimentos de um partido aliado pela notas políticas das principais colunistas do Estado do Paraná. Um partido político que tem relaciona-



mento formal com outro. E aí, sei que V. Exa. também não vai gostar, provavelmente vai reagir contra, mas é mais ou menos como um relacionamento conjugal. Estamos casados com o PT no Paraná e, de repente, o PT ou alguns dirigentes do PT estabelecem um relacionamento fora do casamento político que têm, sem comunicar: “Olha, vou sair de casa, não quero mais saber, tô fora, não dividimos mais nossas despesas, nossas escovas de dentes não ficarão mais juntas”.

Quero dizer o seguinte, Deputado Tadeu Veneri: certamente V. Exa. reflete um pensamento comum de muitos dos militantes petistas. Primeiro, não leia nos blogs aquilo que são intrigas. As posições são claras, objetivas, e o PMDB do Paraná que, na verdade, que V. Exas., que o PT retome, através de seus dirigentes, da sua bancada estadual, do seu quadro de militantes, um relacionamento fraterno e respeitoso que sempre tivemos, no sentido de que isso possa ser traduzido não em declarações, muitas vezes, na minha avaliação, não politicamente corretas da Presidenta do partido.

O Governador Roberto Requião, outro dia, recebeu o Governador Serra no Palácio Iguazu. O Governador Serra veio participar do Seminário sobre a crise. Ora! O Governador Serra é muito bem-vindo ao Estado do Paraná. Aliás, vi nas pesquisas de intenção de voto que ele tem um grande apoio eleitoral no Estado do Paraná, que surpreende até quando se vê os índices no nosso Estado, especificamente.

Então, vejam, não é por receber um Governador de um Estado com quem temos um relacionamento - e um relacionamento importante - no caso, uma discussão sobre um tema tributário e outro sobre um tema que é importantíssimo, sobre a crise, que pode gerar uma crise, ou estas declarações.

Entendo que o partido, no Estado do Paraná, até a era em que era dirigido pelo Deputado Federal André Vargas, sabemos claramente qual a posição do PT. E às vezes com grandes divergências. Nós tínhamos um interlocutor com clareza, em termos daquilo que pretendia o PT. Hoje não temos conseguido promover este diálogo. E eu espero que naturalmente esta pequena crise conjugal que estamos vivendo possa servir para poder, de fato, aquecer nosso relacionamento e fazer com que possamos retomar o entendimento, o diálogo, fazermos autocrítica naquilo que devamos fazer. Mas, retomar o diálogo é necessário. E até se for para se ter um desfazimento desta relação, que ela se faça de uma forma que possamos, claro, sempre nos respeitar publicamente e também nas nossas relações pessoais.

Da minha parte, não tenho dúvida, expresso minha posição não como Líder do Governo, mas como dirigente do meu partido, o PMDB, que tem história, que fala através do seu Presidente, Deputado Waldyr Pugliesi, mas que indiscutivelmente não tenho dúvidas de que reflito um posicionamento e um pensamento da maioria do nosso partido.

### **O Sr. Elton Welter (PT)**

O PT, por duas vezes no 2º turno, esteve com o Roberto Requião, está na base do Governo e entendemos que foi importantíssima nossa posição política na vitória, por duas vezes, do Governador Roberto Requião. Nossa relação política com o PMDB é boa. O PT teve uma reunião, recentemente, com o pré-candidato a Governador, Orlando Pessuti. A bancada com a Executiva. O PT também faz reuniões com outros partidos, outros dirigentes, inclusive com o PDT. E o PT tem seu pré-candidato colocado, que é o Paulo Bernardo. Temos um partido orgânico em todo o Estado, e dizíamos ao Pessuti, inclusive, que é o candidato do PMDB, pré-candidato colocado.

É o desejo do PT Nacional que o PMDB continue na base do PT, como já estão com cinco, seis Ministérios, que continue nesse projeto nacional que orgulha o País, com seus partidos aliados. O Governo do PT, mas com os aliados.

Nesse período que antecede o ano eleitoral, necessitamos de muita conversa entre os partidos e muita discussão política. Não tenho dúvida que o Paraná ainda é um Estado conservador. Na minha visão, temos que buscar com que se dividam os conservadores. Se isso acontecer, acredito que tem mais êxito e chance de ganhar, no 2º turno, à medida que houver uma divisão dessa visão mais conservadora do Estado.

### **O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)**

Obrigado, Deputado Welter! V. Exa. contribui com nosso debate, até por conta da sinceridade em relação aos seus posicionamentos.

Quero concluir dizendo que acho que valeu a pena este debate. Não só este travado aqui. Tenho certeza absoluta, Deputado Tadeu Veneri. Ia fazer uma outra comparação aqui, mas não vou fazê-la por conta que, muitas vezes, uma ironia acaba tendo um desdobramento. Eu lhe falo depois em particular.

Concluo, Sr. Presidente, no sentimento de poder esperar que essas relações possam ser fraternas e que os companheiros dirigentes petistas possam entender o nosso recado. Os petistas, de uma maneira geral, sabem muito bem quem sou, de onde venho, para onde vou, e sabem quais são as minhas posições. Espero sempre ter o Partido dos Trabalhadores do nosso lado, porque sei de quanta fibra é formada essa militância, gente que tenho o maior e mais profundo respeito. É isso.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, obrigado a todos pela atenção.

### **O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Com a palavra o Sr. Deputado Caíto Quintana.

### ***Deputado Caíto Quintana (PMDB)***

#### **O SR. CAÍTO QUINTANA**

Sr. Presidente, Srs. Parlamentares.

Quero colocar, inicialmente, não é o motivo que me traz à tribuna, mas que estamos vivendo um momento que antecede a política de eleição de Governador e que o quadro é absolutamente indefinido para o futuro. Deveríamos, e aqui não vai nenhuma reprimenda ao Deputado Veneri, nem tampouco ao Deputado Romanelli, mas deveríamos discutir essas questões no seio do partido e não no plenário da Assembléia Legislativa, o que coloca impasses bastante fortes com aqueles que nos ouvem.

Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, quero somar a minha posição pessoal, e espero que da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a movimentação que tem feito Prefeitos do nosso Brasil inteiro com relação à queda que tem acontecido no Fundo de Participação dos Municípios, Deputado Nelson Justus. Tenho visitado os Municípios do interior e Municípios de pequena arrecadação, de 10, 12 mil habitantes, que tem 0.6 de participação no FPM - Fundo de Participação dos Municípios, com queda de aproximadamente R\$ 200 mil no mês, R\$ 600 mil no 1º trimestre.

V. Exa., inclusive, tem sua cunhada administrando o Município de Guarapuava. Imagine V. Exa. assumir uma Prefeitura com compromissos estabelecidos e, de um momento para o outro, essa Prefeitura ter uma queda de R\$ 200, R\$ 300 mil no mês. Acho que estamos falando em crise e não estamos enxergando que as Prefeituras Municipais, da forma como a coisa está indo, não poderão continuar a honrar seus compromissos e fazer aquilo que a obrigação municipal lhes impõe ser feito. Todos sabemos que o Fundo de Participação dos Municípios é formado por duas verbas: uma delas é o Imposto de Renda, a outra é o IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados. E esses produtos industrializados, através da isenção deles, estão fazendo com que muito menos recursos caiam no Fundo de Participação dos Municípios, e consequentemente caia a distribuição para todos os Municípios.

Eu li no jornal, e espero que isso ocorra, que o Presidente Lula está estudando uma medida, possivelmente para ser anunciada na quarta-feira, para poder dar uma retribuição a esses Municípios, de forma direta ou de forma indireta, para que eles possam sobreviver, sob pena de vermos, daqui a pouco, um caos total na Administração Pública Municipal no Estado do Paraná e no Brasil.

Toda a isenção concedida de IPI reflete diretamente na arrecadação do Município, e o Município, sem esse recurso, não sobrevive. Os impostos arrecadados pelos Municípios, quer seja de IPVA, quer seja de transmissão de propriedade *causa mortis*, quer seja na sua arrecadação de INSS, é insuficiente para manter a máquina. Se tivermos queda no Fundo de Participação, que é um dos recursos que as Prefeituras recebem a cada 10 dias, teremos movimentação, brevemente, de Municípios que vão parar com as suas máquinas, vão parar com as suas despesas de custeio, ou vão, obrigatoriamente, acabar atrasando o próprio salário.

Então, é importante que esta Assembleia se manifeste no seu conjunto em favor do municipalismo, levando ao conhecimento pessoal de cada Deputado que a situação está se tornando insuportável aos nossos Municípios do Paraná e seguramente do Brasil inteiro, de forma que possamos incentivar a industrialização, mas não incentivar através da diminuição de recursos, que receba quem está no Poder Público da ponta, quem atende a população, que são as Prefeituras Municipais.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra o Deputado Ribas Carli Filho.

### ***Deputado Ribas Carli Filho (PSB)***

(Lê):

“Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, amigos que nos assistem pela TV SINAL.

O Paraná e o Brasil acabam de perder um policial que deixa o exemplo de dedicação ao serviço público.

O Secretário Adjunto da Secretaria da Segurança Pública de Rondônia, Dr. Cezar Pizzano, era natural de Guarapuava, onde iniciou sua vida política e a carreira como advogado.

Ele foi assassinado na madrugada de sexta para sábado com um tiro no peito. Segundo a Polícia, o delegado teria reagido a um assalto e foi baleado mortalmente durante a perseguição. Horas depois, foram presos dois bandidos, de 19 e 20 anos, apontados como autores do latrocínio. Quase ao mesmo tempo, Pizzano era enterrado com honras no jazigo da família em Guarapuava, na presença de centenas de populares.

Além de ser uma pessoa muito conhecida e querida em Guarapuava, Cezar Pizzano deixa uma história da qual Rondônia inteira é testemunha.

É impressionante o número de manifestações publicadas na internet, de diferentes pontos daquele Estado, enaltecendo o trabalho desse ilustre paranaense.

No velório realizado pelos colegas de trabalho, em Porto Velho, o clima era de total consternação. Pizzano era chamado pela população como xerife, policial destemido, guardião da lei e protetor do seu povo. Alçado ao cargo de Secretário Adjunto, desfrutava da plena confiança de seus superiores e de reconhecida atuação em suas obrigações comunitárias.

Como conterrâneo de Cezar Pizzano, não poderia deixar de prestar esta justa homenagem, não apenas em nome de Guarapuava, mas de todo o povo paranaense.

Pizzano era o tipo de ser humano apegado às suas raízes, que fazia questão de ressaltar suas origens, pregando os bons costumes, a lei e a ordem.

Formado em Direito, ele fez questão de retornar à sua terra natal para o exercício da profissão. Foi também em Guarapuava que iniciou sua carreira política, ele-

gendo-se Vereador. Destacou-se como um político combatível, firme em suas posições.

No início da década de 1990, mudou-se para Rondônia onde continuaria a escrever sua trajetória de luta e dedicação ao trabalho comunitário. Em 1991, passou no concurso como delegado da Polícia Civil. Em 1992, elegeu-se Vereador no Município de Colorado do Oeste. E em 1994 já era Secretário Adjunto de Segurança Pública, chegando a assumir a titularidade do cargo de 1996 a 1998.

Apesar de sua vocação política, o que corria nas veias de Cezar Pizzano era, de fato, o sangue policial. O sangue do verdadeiro policial, do profissional consciente de seu dever social. Por ter esse perfil, o Governo de Rondônia lhe impôs árduas tarefas no combate ao crime organizado. Foi responsável pela implantação da Força Especializada em Repressão Armada em Guajará-Mirim, depois assumiu a diretoria executiva da Superintendência de Assuntos Penitenciários, em seguida a Delegacia Regional de Ji-Paraná e agora, por último, desde 2007, tinha reassumido novamente como adjunto da Secretaria da Segurança Pública.

Entre os diversos depoimentos reconhecendo a bravura, a honestidade e o espírito solidário desse grande ser humano, destaco o noticiário da imprensa do Município de Ariquemes, onde Cezar Pizzano passou a ser conhecido como o xerife. Diz a imprensa: 'quando Pizzano assumiu a Delegacia, a criminalidade de Ariquemes caiu 70%'.

Numa das operações, o delegado prendeu dois bandidos de alta periculosidade, que tentavam extorquir uma família, fazendo-se passar pelas vítimas e indo pessoalmente ao encontro dos contraventores.

O caso de maior repercussão nacional foi o resgate da menina Ana Clara, de um ano e nove meses, que foi encontrada por uma força tarefa comandada por Cezar Pizzano após cinco dias de desaparecimento. Na época, o experiente delegado afirmou, com a criança nos braços: 'O resgate desta menina é o momento mais emocionante da minha carreira'.

Ainda segundo a imprensa de Rondônia, os próprios bandidos presos por Cezar Pizzano costumavam dizer: 'Onde está o Dr. Pizzano, não tem para nós'.

Humano, amigo, brincalhão, homem de fibra e de coragem, Pizzano deixa uma legado exemplar para a sociedade e, de modo especial, para seus colegas da Segurança Pública. Como disse o Vice-Governador de Rondônia, João Calhulla: 'Infelizmente nossa Segurança está ferida de morte'.

Guarapuava enterrou seu ilustre filho sabendo que se trata de uma perda irreparável. Um de seus últimos atos ao visitar a terra natal foi beijar o chão da Câmara Municipal, quando recebeu o título de Cidadão Benemérito.

Fica aqui registrado, nos Anais da Assembleia Legislativa do Paraná, a história de um bravo. Acima de tudo pelo seu altruísmo, pelo exemplo de vida que deixa.

Um exemplo que orgulha a todos nós, guarapuavanos e paranaenses."

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Último orador inscrito no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Dobrandino Gustavo da Silva.

### ***Deputado Dobrandino da Silva (PMDB)***

O SR. DOBRANDINO DA SILVA

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

Uso a tribuna para fazer um comentário com relação à situação das Prefeituras do Paraná e especialmente da minha região. O Deputado Caíto fez um relato disso e, como o tempo é curto, quero falar também o problema político que já levantaram aqui os Deputados Tadeu Veneri e Romanelli.

Dizia o Deputado Tadeu da lealdade do PT conosco. E quero dizer que ele não está errado. Também concordo, a Bancada do PMDB não tem dúvida nenhuma da importância que teve nesse período todo, do apoio dos Deputados do PT nesta Casa. Como foi importante também nos dois 2ºs turnos, o apoio do PT para o nosso Governador Requião. Tudo isso reconhecemos e com muita clareza. Sei da importância que tem o apoio deles e da forma ética que o PT age. Sobre isso, embora não esteja nesse bloco, reconheço e respeito muito a forma que o PT age aqui na Casa, no Paraná.

Mas, queria dizer o seguinte: com relação às candidaturas, o nosso partido, PMDB, e a nossa bancada, na sua grande maioria já tomou a decisão que o nosso partido terá candidato próprio. Isso também já tenho dito para o nosso candidato e Vice-Governador Orlando Pesutti. Não é uma proposta engessada. Achemos que no nosso partido é o melhor nome vamos levar em frente à candidatura própria e esse é um pensamento e uma posição da grande maioria dos Prefeitos do PMDB, que compõem a estrutura do nosso partido. São muitos no Paraná que têm esse mesmo pensamento que o PMDB deverá ter candidato próprio. Poderíamos novamente ir pedir o apoio do PT para o nosso candidato. Diferente da posição colocada agora, não sei se procede, que o PT vai apoiar o Senador Osmar Dias e queria o apoio do PMDB. Nada contra. Se o PT tivesse o seu próprio candidato, do seu partido, seria muito mais natural até exigir ou discutir conosco o apoio do seu partido.

Lá na frente, em tempo, vamos rever a nossa posição, se o PMDB na verdade vai para a convenção com candidatura própria, ou talvez possa conversar com outro partido e fazer uma composição.

Então, acho que o PT não pode ignorar esse movimento hoje do PMDB de ter o seu candidato. Temos o Governo conosco, é o maior partido do Estado, disparadamente, com o número de Vereadores, de Prefeitos, de Deputados, diretórios em todos os Municípios do Paraná,

claro que o PMDB naturalmente não poderia ser diferente em não disputar candidatura própria.

Então, vamos nesta linha. Quanto ao que se refere à lealdade do PT conosco, não temos nenhuma dúvida, mas quero dizer que a recíproca é verdadeira. O PMDB tem, na verdade, uma lealdade com o PT que coloca no Governo cargos importantes de Secretários nas mãos do PT.

E V. Exas, Deputado Elton Welter, Deputada Luciana, sabem que as mesmas portas que o PMDB tem, os nossos Deputados, os nossos militantes no Governo do PMDB, V. Exas. têm a mesma. V. Exas. têm acesso total dentro do nosso partido, com o nosso Governador, e nunca nos queixamos disso, embora muitas vezes lá no interior do nosso partido, os companheiros reclamam por que o PMDB dá grande parte do Governo para o PT e muita gente do PMDB fica de fora. Nós aqui de dentro sabemos que o PT nos ajuda, precisamos do apoio do PT, então reconhecemos isso, mas sabemos quanto temos que explicar aos companheiros do interior dizendo que grande parte do Governo do PMDB está nas mãos do PT.

E agora, diferente do que disse o Deputado Elton, que eu não concordo, que V. Exa. diz que orgulha essa aliança do PMDB Nacional com o PT, pelo contrário, eu me envergonho, aquele grupo do PMDB que está lá em Brasília mamando na teta do Governo, é por cargo e eu não concordo com isso de forma. Nenhuma. Alguma. Já disse a eles, eles tinham que fechar o Governo, apoiar aquilo que é importante do Governo, mas fora do Governo.

Então, é fisiologismo e não admitimos isso. Mas, imagino, Deputado Elton, que no momento certo, lá nas convenções, iremos tomar a decisão final: ou vamos ter candidatura própria, ou iremos avaliar com quem vamos.

Muito obrigado.

## ***Grande Expediente:***

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Passo a palavra, durante o Grande Expediente, ao Deputado Durval Amaral.

Solicito dos Srs. Deputados a atenção possível para que possamos realmente conhecer, em que pese já tenhamos discutido com quase que a totalidade dos Srs. Deputados os projetos de resolução que serão votados hoje, mas eu careço da atenção de V. Exa, para a explicação do Deputado Durval Amaral.

Com a palavra o Deputado Durval Amaral.

## ***Deputado Durval Amaral (DEM)***

O SR. DURVAL AMARAL

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Com grande satisfação chegamos a este momento de apresentar oficialmente para a Assembleia Legislativa e para a sociedade paranaense o nosso Portal da Transparência.

O Presidente Nelson Justus designou uma comissão especial, presidida pelo próprio Nelson Justus, Deputado Alexandre Curi, nosso 1º Secretário, o Diretor Geral da Assembleia Legislativa, Dr. Abib, e este que vos fala, para elaborar essas propostas que serão apresentadas no Portal da Transparência.

Com toda certeza, Srs. Deputados, todos procuramos dar o melhor de nós mesmo para que a Assembleia Legislativa possa viver um novo momento, inserida no contexto da modernização que tem pautado a administração do Presidente Nelson Justus.

Modernização por quê? Porque a Assembleia Legislativa implementou, ao longo deste mandato, ou ao longo dos últimos anos, o fim das Sessões Extraordinárias, implementou voto aberto; o painel eletrônico: acabou com os veículos que cada Parlamentar, no passado, tinha direito a até dois veículos; implementou a TV SINAL, que hoje possibilita a todo e qualquer cidadão a acompanhar em casa a atuação dos Srs. Deputados. São inequívocos os avanços que a Assembleia Legislativa tem feito, indo ao encontro dos interesses da sociedade.

A Lei de Responsabilidade Fiscal, nº 101, determinou nos artigos 44, 48, 54 e 55, como deve se dar a transparência no serviço público. E nós, modestamente, tivemos a ousadia de ir além do que determina a própria Lei de Responsabilidade Fiscal; a Lei nº 4320, que é a Lei do Orçamento Público e até os dispositivos previstos na Constituição Federal e na Constituição do Estado.

Mas vamos lá, vamos começar trazendo uma definição de uma das principais doutrinadoras do Brasil que é a Dra. Márcia Correa Azevedo, para que possamos compreender um pouco que a nossa atividade parlamentar não se restringe efetivamente a estar sentado nesta poltrona.

Segundo Azevedo, em sua obra *Prática do Processo Legislativo, o trabalho legislativo não se resume a trabalho em plenário e às reuniões. Esse é um dos maiores equívocos na compreensão do Poder Legislativo. Um plenário repleto de Parlamentares é uma visão bonita e confortável de ser ver em dias de votação de matérias relevantes e polêmicas. No entanto, se o Parlamentar passar todas as suas horas de trabalho sentado em plenário, sua atuação será no mínimo medíocre*. Essa citação da Dra. Márcia encontrei em vários outros livros que tratam inclusive do Direito, das técnicas legislativas, ou do Direito Administrativo. Ela é muito consagrada e muito citada.

Então vamos votar no dia de hoje uma resolução que poderia assim dizer, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, que é a resolução mãe de todas as demais que vamos aprovar, que é a resolução que institui o Portal da Transparência. E fizemos isso em função do que está disposto no artigo 39, parágrafo 6º da Constituição Federal, em função do que está disposto no artigo 33, parágrafo 6º, da Constituição Estadual, que é muito claro ao afirmar que os Poderes publicarão anualmente os valores dos subsídios e da remuneração dos cargos e empregos públi-

cos. A Constituição Federal e, simetricamente, a Constituição Estadual diz então, que os valores dos subsídios e da remuneração dos cargos e empregos públicos devem estar divulgados.

Nós somos a lei, porque somos legisladores, e como legisladores incluímos na Constituição Estadual o dispositivo que consta no artigo 234, que é fruto desse dispositivo que nós legisladores nos auto impusemos. Não foi de iniciativa do Poder Executivo, não foi de iniciativa de nenhum dos outros Poderes; foi de iniciativa dos Deputados Constituintes do Paraná, que incluíram o artigo 234 que estamos dando seguimento a ele também.

A Lei Federal nº 4320 dispõem sobre toda questão orçamentária, que são os quadros que devem ser apresentados. Estamos nos baseando neles e automaticamente também à Lei de Responsabilidade Fiscal, que é de 2000, é um dos maiores avanços da sociedade brasileira, sobretudo do cidadão, para controlar a Administração Pública. Qual é o objetivo? É dar publicidade justamente para que o gestor público, o administrador público não cometa equívocos, ou que esses equívocos possam ser corrigidos em tempo. Por isso que o legislador, quando votou e aprovou a Lei Complementar nº 101 criou quais são os parâmetros, como é que deve acontecer a transparência.

Por isso que estamos aqui obedecendo - não inventamos a roda em momento algum - estamos seguindo rigorosamente aqui o que está disposto na Constituição Federal, na Constituição Estadual, na Lei nº 4320, que é a Lei do Orçamento, e também na Lei de Responsabilidade Fiscal, no seu artigo 48.

O que é transparência? Pode se perguntar. Transparência poderia usar como sinônimo da publicidade. Dar publicidade aos atos da gestão administrativa. Mas para a Lei de Responsabilidade Fiscal, ela foi além, ela diz que além da publicidade, a informação deve ser transparente e disponibilizada, inclusive eletronicamente.

Diz o artigo 48: *São instrumentos a transparência na gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, os planos, orçamentos e Leis de Diretrizes Orçamentárias, às prestações de contas e os respectivos pareceres prévios. O relatório resumido da execução orçamentária e o relatório da gestão fiscal e as versões simplificadas desse documento.*

Depois vieram outras resoluções, que são as resoluções da Secretaria do Tesouro Nacional, que dispuseram como é que os Poderes Legislativo, Executivo e o Judiciário devem informar à Secretaria do Tesouro Nacional, para que essas informações possam ser uniformes e controladas pela Secretaria do Tesouro Nacional.

O artigo 55 diz que esse relatório que nós estamos colocando no nosso portal, Sr. Presidente, vou só ressaltar aquilo que é o mais fundamental:

a) despesas total com pessoal, distinguindo a feita com os inativos e com os pensionsitas.

Deputado Nelson Justus, teremos no portal essa despesa com pessoal discriminada? Teremos, vai estar cumprindo o disposto no artigo 55, inciso I, letra "a".

Teremos ainda no inciso III demonstrativo do último quadrimestre:

a) *do montante da disponibilidade de caixa em 31 de dezembro.* Isso vai estar disponibilizado.

b) *da inscrição em restos a pagar das despesas:*

*I - liquidadas, empenhadas e não liquidadas;*

*II - inscritas por atenderem a uma das condições do inciso II do artigo nº 41;*

*III - empenhadas e não liquidadas, inscritas até o limite do saldo da disponibilizada de caixa;*

*IV - não inscritas por falta de disponibilidade de caixa e cujos empenhos foram cancelados.*

c) *no cumprimento do disposto no inciso II e na alínea "b" do inciso IV do artigo nº 38.*

No parágrafo 2º o relatório será publicado.

Mas algumas pessoas perguntaram: "No portal não disse quando é que vai ser atualizado? Não disse porque o que está escrito na Lei Maior eu não preciso repetir numa lei ordinária e muito menos numa resolução da Assembleia Legislativa. Mas essa oportunidade é muito boa para esclarecer à sociedade que tudo que está no nosso portal vai ser publicado até 30 dias após o encerramento do período em que corresponder, com amplo acesso ao público, inclusive por meio eletrônico.

Não haverá essa possibilidade do nosso portal ficar desatualizado, três, quatro, cinco, seis meses. Já é entendimento do Presidente ter uma comissão especialmente composta com o objetivo de atualizar constante o nosso portal.

*Seguimos ainda, considerando as palavras do nobre Presidente Nelson Justus, que a transparência, mais que o resultado do mero cumprimento das formalidades legais, é um ativo da cidadania, pela qual todos nós devemos zelar. Não tenham dúvida, afirmou nosso Presidente, esse processo permanente de busca de transparência é uma marcha batida da qual eu não vou recuar um só passo.*

Tenho certeza, Deputado Nelson Justus, que as suas palavras de alguns meses atrás se tornam realidade a partir do momento em que aprovarmos o nosso Portal da Transparência.

Como disse aqui, não estamos inventando a roda, estamos dando transparência, seguimos os pressupostos constitucionais do direito administrativo, da publicidade, da defesa da moralidade, da impessoalidade, some-se a isso a súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal, porque automaticamente todo e qualquer cidadão terá acesso a todas as informações da Assembleia Legislativa.

Senhores, o referido projeto que chamei aqui de projeto mãe de todos os demais, vai regulamentar a divulgação de todas as informações pela Assembleia Legisla-

tiva do Estado do Paraná, e carinhosamente demos o nome de Portal da Transparência, tudo dentro da lei.

Não podemos colocar nenhuma disposição que afronte a lei complementar, que não esteja expressa a previsão legal.

Artigo 1º do Portal da Transparência. *A divulgação de informações relativas às questões orçamentária, financeira e fiscal da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, exclusivamente para fins de acompanhamento e controle social, seguirá o disposto nessa resolução.* Que bonita essa expressão. Controle Social. Nós não inventamos essa expressão, é uma inovação da Lei de Responsabilidade Fiscal. quando tratou, lá nos artigos 48, 54 e 55, do controle social. Por que o controle social? Não é que a Assembleia não era fiscalizada. Existem dois tipos de controle, mas, o legislador, em 2000, trouxe com muita força a ideia do controle externo, que é o controle social. Antes porém, a Assembleia e todo e qualquer Poder já era fiscalizado pelo Tribunal de Contas, pelo Ministério Público, até porque vivemos numa democracia onde fazemos as leis, onde o Executivo cumpre o seu papel construindo e executando obras, o Poder Judiciário interpretando e aplicando a lei, e o Ministério Público fiscalizando a todos nós, porque o Constituinte de 1988 deu todas essas atribuições ao Ministério Público, ao Tribunal de Contas e aos demais Poderes. Quem fez isso? Foram os legisladores constituintes do País.

Senhores e senhoras, a essência do Portal da Transparência está contida no artigo 5º, Portal da Transparência conterá informações sobre administração. Quando digo administração é tudo que se refere administração da Assembleia.

Gestão Fiscal: aqui vamos cumprir rigorosamente para que haja o controle social, ou seja, para que todo e qualquer cidadão possa ter acesso aos resultados financeiros da Assembleia Legislativa e nós vamos estar disponibilizando no portal.

A legislação: fizemos várias emissões na Constituição Federal, Constituição Estadual, até para que a pessoa não tenha que ficar ali abrindo o livrinho, fechando livrinho.

Eu tinha um professor de Processo Penal que foi Desembargador, e ele dizia: “O livrinho tem tudo”. Quer dizer, as leis estão aí no livro você vai encontrar todas as respostas para suas angústias. As espirituais você vai à Bíblia, efetivamente a legislação você vai à legislação constitucional ou na infraconstitucional.

Aqui fomos muito além do que determina a Constituição Federal, a Constituição Estadual, muito além do que determina a Lei de Responsabilidade Fiscal ou a Lei nº 4320. Por quê? Porque aqui, Srs. Deputados, fazemos valer novamente nossa prerrogativa de legisladores. Estamos legislando e delimitando onde, como e quando podemos gastar nossa verba de renascimento.

Alguns fazem questão de confundir de forma proposital, ou não, talvez por desconhecimento mesmo, o que está disposto no artigo 27 da Constituição Federal.

Ele fixa o número de Deputados e depois traz: *O subsídio dos Deputados Estaduais será fixado por lei, de iniciativa da Assembleia Legislativa, na razão de no máximo 75% daquele estabelecido em espécie para os Deputados Federais.*

Vejam só a inteligência do legislador ou do constituinte, 75% do subsídio, que no caso dos Deputados Estaduais é algo e torno de R\$ 12 mil. As demais cotas ou demais verbas, a Constituição não nos obriga aplicar na mesma proporção. Mas nós, legisladores, simetricamente, por deliberação da Assembleia Legislativa, estamos dizendo o seguinte: “Olha, as verbas que recebem os Deputados Federais, independentemente do subsídio, nós também queremos e vamos aplicar somente 75%”.

O que é subsídio? Subsídio é aquilo que recebe o magistrado. Ele põe o subsídio dele no bolso, algo em torno de 23 ou R\$ 24 e não dá satisfações para ninguém. É o subsídio dele. É o que recebe o Ministério Público, algo em torno de R\$ 22 mil, aqueles que estão em final de carreira. Põem no bolso, não dão satisfações para ninguém. O subsídio é aquilo que recebe o Governador, as autoridades públicas. Talvez esta seja a diferença.

Nós recebemos de subsídio R\$ 12 mil. Até isso, que não precisaríamos colocar vamos fixar no Portal da Transparência, para que todos tenham acesso e saibam o quanto ganha de subsídio o Deputado Estadual, com os descontos de Imposto de renda, de INSS, que é de 27%.

Então, nós fomos além. *As informações acima enumeradas...*, já fui repetitivo, vou ular este parágrafo. Estamos obedecendo o que determina a lei, a Constituição Federal, a Constituição Estadual e as demais leis infraconstitucionais.

Artigo 7º, e aqui é muito importante: *As informações serão disponibilizadas ao cidadão de forma clara e poderão ser utilizados recursos de navegação intuitiva, concernentes ao conceito de acessibilidade, independentemente de conhecimentos específicos em informática.*

Vamos traduzir: se nós quiséssemos fazer um portal que só aquele auditor, com conhecimentos específicos ou na forma contábil apresentada na Secretaria do Tesouro Nacional, iriam conseguir entender, nós poderíamos. Estamos dizendo justamente o contrário: vamos disponibilizar a informação de uma maneira tão simples e tão clara que todo e qualquer cidadão, mesmo que seja - me desculpe a expressão - um analfabeto digital, vai conseguir ter acesso e vai conseguir entender as informações que estamos disponibilizando.

No artigo 8º: *Todo conteúdo técnico deverá ser precedido de texto introdutório. E sempre que possível acompanhado de notas explicativas, nas formas de dicas de tela.* O que estamos fazendo, aqui? Vamos traduzir a informação para o cidadão. Ele vai ler aquele texto e vai saber do que é que vamos tratá-la sequência, para que ele possa entender. E vamos ter ali aquelas dicas de tela para que ele não tenha que ficar pesquisando. Ele vai ter simplicidade. A informação vai estar disponibilizada de uma maneira bastante objetiva.

Já disse aqui que as informações serão divulgadas de forma decodificada, porque se qualquer Parlamentar aqui pegar uma planilha que segue para a Secretaria do Tesouro Nacional, nem nós nem aquele ouvinte de casa, nem a pessoa mais articulada que não tenha conhecimentos específicos conseguirá entender aquelas planilhas que os nossos técnicos conseguem preencher, unificar e encaminhar tanto para o sistema SIAP, quanto para a Secretaria do Tesouro Nacional. Então, até esse cuidado nós estamos tendo, de dar a informação de uma maneira que aquele cidadão que quer fazer o controle social das atividades públicas da Assembleia Legislativa consiga fazer.

Haverá uma comissão composta e designada pelo Presidente, que vai cuidar da manutenção desse portal e vai, na medida da necessidade, aprimorando esse portal na medida em que a demanda vai se apresentando, até porque não vivemos em uma sociedade estática.

A resolução entra em vigor em 60 dias. Isso se chama *vacatio legis*. E por que 60 dias? Porque temos que constituir uma comissão, temos que treinar essas pessoas, até para evitar contratação, e vamos traduzir essas informações para que qualquer cidadão possa chegar e entender o nosso Portal da Transparência. Então, é a *vacatio legis*, um prazo de 60 dias para que essa resolução efetivamente entre, todas as estruturas internas e de treinamento estejam completas.

Aí vamos para uma segunda resolução, que altera uma já existente de 2004, que é a Resolução nº 003/04, que ganhou um novo número agora, que não me lembro muito bem. Então, qual é o objetivo? Atender os interesses da população paranaense e adequar os trabalhos da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná à sua principal função, que busca a moralidade e a transparência dos seus trabalhos. A presente alteração vem promover modificações na Resolução nº 003/04.

Senhoras e senhores, aqui damos um passo mais adiante, novamente. Fizemos seis alterações substanciais nessa resolução e tenho todas na cabeça, mas vamos por partes.

A primeira é a despesa de ressarcimento dos Deputados que estejam licenciados nos termos do artigo 76 do Regimento Interno. Não pode o parlamentar receber mais a verba de ressarcimento a partir do momento em que votarmos essa resolução. Vou repetir: Deputado licenciado, nos termos do artigo 76 do Regimento Interno, não poderá mais receber a verba de ressarcimento.

Segundo, despesas com gasolina terão um limite. Nenhum Parlamentar poderá apresentar mais do que 30% da verba de ressarcimento em gasolina, uma medida também extremamente moralizadora. E antes que alguns espertos tirem as suas próprias deduções - quando me refiro a espertos não me refiro aos Deputados - estamos fixando o teto máximo da verba de ressarcimento em R\$ 15 mil. Ou seja, nenhum Parlamentar poderá gastar mais do que R\$ 5 mil em combustível e com uma outra novidade: a verba de combustível, no ressarcimento, não se acumula para o mês seguinte. Se em um determinado mês

o Deputado gastou R\$ 2 mil, no próximo mês ele não pode gastar R\$ 8 mil, mas pode gastar no máximo os R\$ 5 mil. Então, isso também é mais uma medida que vem ao encontro da moralidade, da impessoalidade na gestão.

Há também na verba de ressarcimento a obrigatoriedade da apresentação do CNPJ da empresa fornecedora da nota fiscal. Então, todo e qualquer cidadão, vocês vão ver logo adiante, vai poder acessar lá: Deputado Durval Amaral, vai poder saber como é que o Deputado Durval Amaral gastou a sua verba de ressarcimento, e vai estar discriminado ali a despesa, a natureza da despesa, e vai estar discriminado o CNPJ do fornecedor da nota fiscal.

Então, ainda considerando o disposto no artigo 25 da Constituição Federal, os Estados devem ter seu Poder Legislativo regulado, conforme ditamos a Carta Magna. Artigo 27, que eu já falei anteriormente, o limite máximo é de 75% do subsídio, nós só estaríamos obrigados a isso. Mas obedecer o bom senso e o equilíbrio, estamos também simetricamente acompanhando as demais verbas, seja do ressarcimento, ou indenizatórias, ou quotas previstas na Constituição Federal, mantendo-as em 75%, mesmo não estando obrigados a elas, porque existe a divisão dos Poderes, a autonomia entre os Poderes, e somos um dos entes federados, o Estado do Paraná.

E ainda, nesta Resolução nº 003/04, estamos estabelecendo a quota transporte e a quota postal e telefônica também nos mesmos termos que existem na Câmara Federal. Na Câmara Federal temos lá o ressarcimento, a quota postal e telefônica, a quota transporte e outras quotas mais que a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná resolveu não incorporar, ou não aplicar, por liberalidade.

Já frisei bastante na questão do subsídio, mas é isso mesmo, o parágrafo 4º, do artigo 39, da Constituição Federal de 1988 é claro ao dispor que a remuneração dos agentes políticos será exclusivamente fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio verba, representação e outra espécie remuneratória. Então, o que o Parlamentar recebe é apenas subsídio, como também recebe o subsídio o magistrado, o Ministério Público e assim sucessivamente. Ou seja, estão vinculados ao Conselho de subsídios apenas os valores de caráter remuneratório, excluídos os de caráter indenizatório, a saber as verbas de ressarcimento aqui expostas. É que algumas pessoas às vezes não conseguem entender, e quando calculam o subsídio do Deputado falam em 80 mil, em 100 mil, em 60 mil, pegam as verbas destinadas a remunerar os servidores nomeados, pegam verba de ressarcimento, e começam a juntar tudo como se fosse tudo uma coisa só; e não é. É de uma tremenda injustiça, equívoco até de ordem moral quando as pessoas agem dessa forma. Logo a manutenção do princípio da assimetria na referida verba de ressarcimento e as quotas, trata-se de facultar de outorgada ao legislador, visto que vinculado apenas o que tange ao subsídio.

Vou acelerar: quais são as seis principais alterações? Primeiro, inserimos lá no artigo 1º da Resolução nº 003/04 um parágrafo 1º, verba de ressarcimento para Deputado licenciado, nem pensar, está fora. Parágrafo 2º, despesa com, combustível, máximo 30% e não se acumula, mais do que isso nem pensar. Parágrafo 3º, estabelece que toda e qualquer despesa de ressarcimento é só mediante nota fiscal, e quando for um consultor, quando for alguém especializado, contratado para isso, que não tem uma pessoa jurídica, sempre se olhará com uma certa preocupação, mas será obrigatoriamente identificado com o CPF. A quarta é a cota de transporte aéreo, a quinta é a cota postal e telefônica, a sexta alteração trata de algumas possibilidades mais para requerer o ressarcimento. Por exemplo, não tínhamos a manutenção de um site, despesas de informática, essas questões que hoje são inerentes a qualquer profissional e não estavam previstas. Estamos facultando que algumas poucas despesas a mais sejam acrescentadas.

Vai poder o trabalho de assessoria, técnico, pesquisa, divulgação de atividades parlamentares, desde que não seja período eleitoral, sob pena de perda de mandato, aquisição e locação de software, assinatura de periódicos, publicações, locação de móveis e equipamentos para manutenção do trabalho e serviço de segurança específico para manutenção do escritório do interior. Essas são as alterações da Resolução nº 003/04. Mantém ainda o que já existia com passagens, despesas de refeição, combustível, aluguel de escritório no interior, aluguel de veículos.

Podemos ir para a resolução que disciplina a nomeação dos servidores da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

#### **(Lê artigo 1º)**

Explicação do artigo 1º: a pessoa vai ter que declarar que não exerce cargo, emprego ou função pública. No caso do professor ou médico terá que declarar que é professor ou médico.

#### **(Lê artigos 2º e 3º)**

O Juiz precisa de um bacharel em Direito para agilizar seus despachos; o promotor precisa de um contador especializado também um bacharel para poder agilizar nas questões mais corriqueiras; um Conselheiro do Tribunal de Contas precisa de um auditor, de um contador para assessorá-lo na sua função, e o Parlamentar precisa de um assessor político também, não é só isso.

E criamos outros dispositivos que não tem como a pessoa a legar ignorância. A pessoa vai assinar uma declaração do artigo 299 do Código Penal, onde diz que prestar informação é crime. Queremos resguardar o Poder Legislativo de qualquer situação que possa ser constrangedora.

Estamos definindo as atividades na base de representação dos Parlamentares, que são consideradas extensões dos respectivos gabinetes, a fim de proporcionar a facilitação e otimização das atividades especiais ao atendimento da população interessada.

#### **(Lê artigo 3º)**

Dito isso, temos aqui o resumo das três resoluções. Escrevemos ainda o que é extensão do gabinete parlamentar, nessa resolução que regulamenta a nomeação de servidores por parte da Assembleia Legislativa. E alteramos a Resolução nº 003/04, para que o Parlamentar licenciado não possa receber a verba de ressarcimento, para que não possam receber mais de 30% em gasolina; regulamentamos ainda, através da Resolução nº 003/04 à cota de transporte e postal.

Esses projetos, tenho certeza que já passaram hoje na CCJ, poderão ser aprovados na Assembleia Legislativa.

Estamos com o boneco do portal pronto. Vamos ter a apresentação do portal. Na parte administrativa teremos um ícone, onde aparece a base de dados dos servidores e cumprindo o disposto no artigo 39, parágrafo 6º da Constituição Federal o quadro de cargos e subsídios e também vai aparecer o subsídio dos Deputados. Na administração teremos o demonstrativo do orçamento da Assembleia Legislativa, a execução orçamentária das despesas de 2007 e 2008, programa de trabalho de 2007, programa de trabalho de 2008.

Vamos para o próximo. Agora, gestão fiscal. Aí vamos ter relatado clicando em “Audiência Pública do 3º quadrimestre de 2008”, na página 06, a despesa corrente líquida de todos os Poderes, tudo feito de uma maneira que as pessoas possam entender. A despesa do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Ministério Público, tudo discriminado.

Na tela anterior, vamos ter o “relatório da gestão fiscal 3º quadrimestre”. Vamos ter tudo discriminado. Vamos ver que daquela dotação orçamentária, daquela previsão orçamentária com despesa de pessoal, cumprindo o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal, a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, não só em 2007, não só em 2008, mas até nos quadrimestres, tem cumprido rigorosamente as despesas com pessoal, abaixo do limite estabelecido. Nem no limite prudencial nós chegamos. Sempre estamos abaixo, na despesa de pessoal, daquilo que é permitido legalmente.

Verbas e ressarcimento. Acho que a imprensa tem um carinho muito especial por isso. Uma atenção e um cuidado muito especial. Claro que isto aqui é um esboço ainda. Como eu disse, é um boneco, mas qualquer cidadão vai chegar lá e vai acessar: Deputado Durval Amaral, como gastou a verba de ressarcimento do mês de junho, vamos imaginar. É um esboço apenas. Por exemplo: assinatura de periódicos: R\$ 240; despesas com combustíveis e lubrificantes: R\$ 4 mil e 200; despesas com refeição: R\$ 1 mil 760; despesas em hospedagem: R\$ 2 mil; impostos e taxas: R\$ 450; locação de equipamentos de informática: R\$ 300. Enfim, tudo. Vejam só: na primeira coluna, está a descrição, a natureza da despesa; na segunda coluna, o CNPJ do fornecedor da nota fiscal; e, na terceira coluna, o valor da nota fiscal. Então, a princípio, será dessa forma. Claro que isso poderá sofrer algum aprimoramento para melhor, e isso estará exposto no Portal da Transparência.



Custeio da atividade parlamentar. Para que as pessoas não precisem fazer contas ou não precisem ficar somando um por um quanto gastou cada Deputado, já vamos facilitar a vida de todo mundo que quer a informação sempre precisa. Então, verba de ressarcimento, valor por Deputado R\$ 15 mil; no mês R\$ 810 mil; hipoteticamente acumulado R\$ 1 milhão e seiscentos mil. Cotas de serviços, por exemplo, cota de transporte R\$ 9 mil e 70, que é 75% da cota de transporte da Câmara Federal. Então, no mês, R\$ 9 mil e 70. Vamos presumir que todos os Deputados tenham gastado isso. No mês, o acumulado e no final o acumulado durante todo ano. A cota postal e telefônica na Câmara Federal é R\$ 4 mil e 300, aqui estamos convencionando entre R\$ 3 mil e 301. Então, vamos ter o valor gasto individualmente por Parlamentar, o valor gasto no mês entre todos os Deputados e, depois, o acumulado do mês, para que todos tenham um acesso direto e imediato de quanto gastou a Assembleia Legislativa.

Missão oficial é mais uma inovação. Tudo isso aqui que estamos colocando, Deputado Elio Rusch, não tem lei que nos obrigue a fazer isso. Estamos colocando porque os legisladores da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná querem a transparência e disponibilizam dessa forma.

Por exemplo, o Parlamentar vai viajar em missão oficial. Vamos imaginar, o Governador vai viajar, convidou um Parlamentar, o Parlamentar vai em missão oficial. O Prefeito de Curitiba vai viajar, convidou um Parlamentar, é designado um Parlamentar em missão oficial. Há um encontro dos Presidentes das Assembleias Legislativas, o Deputado Nelson Justus vai viajar em missão oficial a Brasília. Há um encontro sobre o meio ambiente, uma conferência, vão os Deputados, vão em missão oficial. Há um encontro da UNALE, os Deputados vão em missão oficial. Enfim, é missão oficial? Vai para o site. E vai para o site da seguinte forma: no Estado do Paraná, se a viagem é no Estado do Paraná, o valor da diária são R\$ 400. Fora do Estado são R\$ 500. Viagem internacional para a América do Sul são US\$ 240. Para a África são US\$ 300. Para a América do Norte são US\$ 350. Para a Europa são US\$ 400. Para a Ásia/Oceania são US\$ 360. Todo mundo vai ter acesso às viagens de missão oficial dos Srs. Deputados. Quem estiver navegando no nosso Portal da Transparência vai ter um fácil acesso.

Então, Sras. e Srs. Deputados, me perdoem tomar tanto tempo de V. Exa. mas a sociedade do Paraná, aflita e angustiada, com certeza esperava essas explicações.

Quero agradecer, Presidente, a oportunidade de ter contribuído com a Mesa Executiva da Assembleia Legislativa, participado dessa comissão que me honra muito. Foi um trabalho em conjunto e feito a quatro mãos, pelo Deputado Nelson Justus, pelo Alexandre Curi, pelo Dr. Abib, nosso Diretor Geral da Assembleia Legislativa. E mais do que isso, Presidente Nelson Justus, isso só foi possível graças ao consenso dos Srs. Deputados. Se não houvesse o entendimento e o discernimento da Assembleia Legislativa, o consenso dos Srs. Deputados, não conseguiríamos avançar como estamos avançando.

Então, quero aqui, em meu nome e em nome de todos os membros dessa comissão, agradecer aos Parlamentares, muitas vezes também me desculpar se em algum momento não pude dar a atenção e esclarecer as dúvidas quando fui abordado, individualmente, pelos colegas, e mesmo pedir desculpas muitas vezes à própria imprensa que, me abordando de maneira individual, também não pude dar o atendimento que costumeiramente gosto de dar à imprensa, porque era preciso concentrar todos os esforços para chegarmos nisso.

Acredito, Presidente Nelson Justus, que V. Exa. e os Srs. Deputados mudam o eixo da história do Paraná com essas medidas. Mudam o eixo de tudo aquilo que, ao longo dos anos, foi difícil para nós mesmos conseguirmos avançar. Sabemos o quanto é difícil avançar na democracia. Na ditadura é muito fácil avançar e é muito fácil retroagir. Aqui não, aqui estamos avançando a passos largos. E termino como iniciei: acabamos com os veículos da Assembleia Legislativa, como as Sessões Extraordinárias, com o voto secreto, que em alguns pontos até ousou pessoalmente discordar, mas no contexto geral foi um avanço muito grande para a sociedade. Instalamos o painel eletrônico da Assembleia Legislativa para que todo e qualquer cidadão possa ter acesso. Instalamos a TV SINAL. E agora, nobre Presidente, graças a sua determinação, à determinação do 1º Secretário e por justiça de todas as Deputadas e Deputados, estamos dando, com certeza, os passos mais importantes das nossas vidas rumo à transparência.

Espero, sinceramente, não os aplausos da sociedade, mas nós que acreditamos na democracia, eu e tantos outros aqui que lutaram contra o regime militar, não podemos desacreditar e desmoralizar as nossas instituições.

O Parlamento brasileiro vive um momento difícil. O Congresso Nacional não legisla e todos nós pagamos o preço. Acredito na democracia, porque lutei rigorosamente ao lado de Waldyr Pugliesi e tantos outros contra a ditadura. Acho que agora é o momento e peço, de coração, à sociedade e à imprensa, para que deem um crédito e confiança ao nosso Portal da Transparência, porque não haveria sentido avançarmos tanto, se não houvesse o acompanhamento responsável e o controle social desse portal.

Que não sirva esse desnudar da Assembleia como pretexto para desmoralizar a instituição. Perfeita, não é e não será. Haverá correções? Com toda certeza. Tem aqui os Deputados Tadeu, Rossoni, todos os nossos Deputados - não quero cometer injustiças - têm que colaborar para que possamos fazer o melhor possível com o nosso Portal da Transparência.

V. Exa. estudou como eu, todas as Assembleias Legislativas do Brasil, Deputado Reni Pereira. Não encontrarão em nenhuma outra Assembleia do Brasil transparência, como estamos disponibilizando e fazendo na rede municipal de computadores. Os pequenos equívocos, iremos consertá-los, corrigi-los, mas vamos dar méritos efetivamente aos Deputados do Paraná, que de uma maneira digna, bonita e corajosa, estão inovando no Estado do Paraná, que será exemplo para o Brasil.

Muito obrigado a todos vocês. Pedir desculpas a todos pelo tempo excessivo que tomei de V. Exa.

**(Aplausos)**

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Quero, em nome de todos os Deputados, em nome do Deputado Durval Amaral e sua equipe, estender esses agradecimentos a toda a comissão e a todos Deputados, líderes e aos que nos ajudaram, membros da Mesa, a chegar aonde chegamos hoje.

Não é um projeto, um plano, que foi feito em 24, 48 horas. Ele foi muito bem debatido. Como disse o Deputado Durval Amaral, nós discutimos com Presidentes de outras Assembleias. Ainda ontem eu conversava com o Presidente da Assembleia de Minas, que contava quantos diretores eles têm. Nós só temos seis. Enquanto isso, alguns teimavam em fazer a divisão do número de funcionários, pelo número de Deputados, para chegar a um coeficiente, de que cada Deputado teria 45 assessores, de uma forma brutal. Já discutimos isso e, cá entre nós, não vamos levar avante esse tipo de discussão. A Assembleia Legislativa, podem ter certeza, é muito maior do que pequenos comentários jocosos e infantis como esses, que não levam a nada, senão buscar desmoralizar as instituições. Mas vamos seguir avante.

Agradecer e solicitar aos Srs. Deputados o apoio na votação desses três projetos. Dizer que V. Exas. têm conhecimento disso e não haveria necessidade de trazer-mos esse projeto dessa maneira. Embora seja um projeto de resolução, ele passou hoje pela Comissão de Constituição e Justiça. Será votado hoje em 1ª discussão, amanhã em 2ª e em totais condições de receber qualquer emenda das Sras. e Srs. Deputados, que têm acesso e conhecimento ao projeto e irão levar as suas assessorias. Aliás, muitos já fizeram várias contribuições, que estão nesse Portal de Transparência. Vieram das assessorias e dos próprios Deputados.

Então, o momento para nós é muito especial, porque a Mesa Executiva e a Assembleia Legislativa cumprem uma velha promessa: avançar para a transparência. Nunca iremos chegar aonde poderíamos ou deveríamos, mas que juntos trabalhamos para errarmos o menos possível, isso nós fizemos.

Quero deixar latente aqui o meu agradecimento à equipe que construiu esse portal. Algumas vezes ficaram horas da noite, terminadas as Sessões, trabalhando para que concluíssemos esse trabalho dentro do tempo hábil. Ao contrário do noticiário: “A Assembleia entrega a relação com um dia de atraso”. Mentira! Estávamos aqui, eu e alguns Deputados, quando a nossa gráfica rodava no dia 31 de março a relação dos funcionários, dos servidores da Casa. Portanto, se chegou a algum noticiário no dia 1º é outra história. Mas, cumprimos realmente aquele disposto. Claro que não vai ser o suficiente.

Quero terminar contando uma anedota que ouvi hoje pela manhã, quando alguém disse num determinado jornal:

“Hoje, é dia de Natal. O redator chefe pergunta ao dono do jornal: ‘Tenho que falar alguma coisa a respeito de Jesus’. ‘Acho muito bom’. Pergunta: ‘Falo a favor ou contra?’”

Acho que cabe muito bem para algumas pessoas isso.

Portanto, minhas senhoras e senhores: o momento é de equilíbrio, de bom senso e vamos continuar avançando, sim. Deputado Durval, companheiros da Mesa Executiva, companheiros da comissão, lideranças, obrigado. A Oposição foi firme. Todos nós vamos contribuir. As emendas estão aí para serem apresentadas, temos tempo para isso e vamos, sem dúvida nenhuma, cumprir com o nosso papel.

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Pela ordem, Sr. Presidente.

**(Assentimento)**

Quero aproveitar, em nome dos Parlamentares aqui debaixo, que não fazem parte da Mesa, mas que votaram em V. Exa. já no primeiro mandato, com o propósito que V. Exa. assumiu de caminhar a passos largos rumo a essa transparência. Nós, que naquele momento votamos em V. Exa. e naquela Mesa Executiva que praticamente foi reconduzida, votamos sabendo que V. Exa. conduziria esta Casa para este ponto que chegamos no dia de hoje.

Quero dizer que sabíamos que isso iria acontecer, votamos e renovamos a confiança em V. Exa. E quero cumprimentar a Mesa Executiva, o Deputado Durval Amaral pelo empenho. Existiam dois caminhos, do corporativismo ou aquele protecionista. O Deputado Durval Amaral, com a sua inteligência, poderia muito bem adotar o caminho de ser corporativista e proteger os 54 Deputados, dando a mesma transparência que a lei requer, sem sequer dizer nada. Pelo contrário, ele adotou o caminho da proteção do Poder Legislativo.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná está protegido dessa crítica em relação à transparência. E os Deputados, cada um sabe que o tempo de agora é esse e tomara que de agora em diante, a imprensa realmente persiga cada Parlamentar por aquilo que realmente dignifica este Parlamento, que é a sua postura. Sabemos que toda essa discussão em torno dos gastos não deveria ter o destaque que teve. Parabéns, em nome dos Deputados que votaram em V. Exa.

## ***Ordem do Dia:***

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

## ***Leitura do Expediente***

Sobre a mesa, Ofício nº 029/09, subscrito pelo Exmo. Sr. Governador do Estado, constante do expediente, comunicando seu afastamento do País no período de 06 a 20 do corrente mês, em viagem à Europa, para tratar de assuntos de cunho pessoal. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicações nºs 333 a 338/09, de autoria do Deputado Ademir Bier, constantes do expediente, propondo à Secretaria da Educação e ao Superintendente de Desenvolvimento Educacional, a construção de cobertura de quadras esportivas nos respectivos Municípios: Santa Helena - Escola Estadual Teotônio Vilela, Escola Estadual Santos Dumont, Escola Estadual Santa Helena, Escola Estadual Verônica Zimmermann, Escola Estadual São Francisco, Medianeira: Escola Rural Mara Lucia. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 339/09, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente, sugerindo ao Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania, a imediata reforma da cadeia de Marialva. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 340/09, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo ao Exmo. Sr. Presidente da Sol Linhas Aéreas, inclusão do Município de Campo Mourão em suas rotas regionais. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 341/09, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo ao Exmo. Reitor da Universidade Federal do Paraná, que promova as provas dos concursos vestibulares no Município de Campo Mourão. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 342/09, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo ao Exmo. Reitor da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, que promova as provas dos concursos vestibulares no Município de Campo Mourão. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 343/09, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo ao Sr. Diretor-Presidente da Companhia Paranaense de Energia Elétrica, que institua a notificação pessoal para as populações carentes, quando do corte do fornecimento de energia por falta de pagamento. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 344/09, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo ao Sr. Diretor-Presidente da Companhia de Habitação do Paraná, que dedique especial atenção à Vila Rural Porta do Céu, no Município de Quarto Centenário. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 345/09, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo à Sra. Secretária Estadual da Educação que dedique especial atenção às necessidades do Centro de Educação Infantil Moisés Barbosa da Silva, no Município de Moreira Sales. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 346/09, de autoria do Deputado Edson Strapasson, constante do expediente, propondo ao Exmo. Governador e ao Secretário de Estado da Saúde, implantação e adequação de unidades de pronto atendimento nos Municípios paranaenses. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 347/09, de autoria do Deputado Professor Lemos, constante do expediente, propondo ao Exmo. Governador do Estado e à Sra. Secretária de Estado da Cultura, atenção especial à implantação de uma unidade da Biblioteca Cidadã no Município de Alto Piquiri. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 348/09, de autoria do Deputado Professor Lemos, constante do expediente, propondo ao Exmo. Governador do Estado e à Sra. Secretária de Estado da Cultura, atenção especial à implantação de uma unidade da Biblioteca Cidadã no Município de Itaipulândia. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 349/09, de autoria do Deputado Professor Lemos, constante do expediente, propondo ao Exmo. Governador do Estado e à Sra. Secretária de Estado da Educação, atenção especial à necessidade de implantação de um Colégio Técnico Integrado de Agroecologia no Município de Itaipulândia. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 350/09, de autoria do Deputado Professor Lemos, constante do expediente, propondo ao Exmo. Governador do Estado e à Sra. Secretária de Estado da Educação, atenção especial à necessidade da construção imediata do Colégio Rural Estadual José Marti, no Município de Jardim Alegre. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Fábio Camargo, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. **À Diretoria Legislativa.**

## ***Discussão/Votação***

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

### ***2ª Discussão***

#### **ITEM 01**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 511/08, de autoria do Deputado Jocelito Canto, que veda a participação remunerada em mais de um conselho administrativo, fiscal, de ética ou equivalente, de autarquia, empresa pública ou sociedade de economia mista do Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 02**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 101/09, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, que declara de utilidade pública estadual a Associação dos Funcionários e Amigos do Núcleo Regional de Educação de Londrina - AFUNEL, com sede e foro no Município de Londrina. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

**1ª Discussão****ITEM 03**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 040/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 003/09, que autoriza o Poder Executivo a efetuar cessão de uso ao Município de Arapongas, área de terra, conforme específica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 009/09, de 17/02/09, em Mensagem).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 040/09

**P A R E C E R :****Preâmbulo**

O presente projeto de lei, proposto através de mensagem do Poder Executivo, busca autorização do Legislativo para efetuar cessão de uso de Imóvel ao Município de Arapongas.

**Fundamentação**

É legítima a iniciativa legislativa do Poder Executivo, que, requer, por meio de lei, o uso de imóvel pertencente ao estado ao ente federativo municipal. Sobre o exposto, dispõe a Constituição Estadual:

*Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua Administração Indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.*

*Parágrafo Único. A alienação, a título oneroso, de bens imóveis do Estado dependerá de autorização prévia da Assembleia Legislativa e será precedida de concorrência pública, a qual será dispensada quando o adquirente for uma das pessoas jurídicas de direito público interno, referidas neste artigo, ou para fins de assentamentos de caráter social. (grifo nosso)*

Tendo em vista que estão preenchidos todos os requisitos dispostos na Constituição Estadual, inclusive o requisito da destinação específica, e tendo em vista que o destinatário da doação é pessoa jurídica de direito interno, resta clara a constitucionalidade do projeto de lei em tela.

Quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em questão está de acordo com Lei Complementar nº 095/98.

Desta forma, em sede de análise prévia, esta Comissão opina pela aprovação do projeto de lei em questão.

Sala das Comissões, em 24/03/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DOUGLAS FABRÍCIO - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO  
PROJETO DE LEI Nº 040/09

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei, que visa autorizar o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso do imóvel situado no Município de Arapongas.

A matéria já recebeu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, que analisou sob o aspecto constitucional e legal. Chamada a opinar, a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação encontra méritos indiscutíveis no projeto de lei em tela, pois a proposta tem por objetivo a implantação de serviços da Administração Pública Municipal.

Isto posto, opinamos pela aprovação do projeto.

Sala das Comissões, em 06/04/09.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

**ITEM 04**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 093/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 010/09, que objetiva autorizar o Poder Executivo, a efetuar a cessão de uso do imóvel sito nesta capital. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovada. (Publ. no DA nº 019/09, de 16/03/09, em Mensagens).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 093/09

**P A R E C E R :****Preâmbulo**

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 010/09, visa autorizar o Poder Executivo Estadual a efetuar a cessão de uso de parte de imóvel situado no Município de Curitiba.

**Fundamentação**

O projeto de lei em análise encontra respaldo na Constituição Estadual, que estabelece no artigo 10 e parágrafo:

*Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua Administração Indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.*

*Parágrafo Único. A alienação, a título oneroso, de bens imóveis do Estado dependerá de autorização prévia da Assembleia Legislativa e será precedida de concorrência pública, a qual será dispensada quando o adquirente for uma das pessoas jurídicas de direito público interno, referidas neste artigo, ou para fins de assentamentos de caráter social. (grifo nosso)*

Por cessão de uso entende-se aquela situação em que o Poder Público consente o uso gratuito de bem público por órgãos da mesma pessoa ou de pessoa diversa, incumbida de desenvolver atividade que, de alguma maneira, gere benefício para sociedade.

A cessão de uso não se constitui em meio de alienação a título oneroso, uma vez que o Estado, desfazendo-se de um bem, o faz em prol de interesse público, finalidade maior do Estado. Em relação ao projeto de lei em análise, tem-se que, além do notório interesse da coletividade, a cessão se dará por prazo indeterminado, de maneira que não se estará gerando prejuízo ao patrimônio público.

A alienação de bens imóveis é disciplinada, de regra, pela legislação própria das entidades estatais, sendo normalmente exigida a autorização legislativa, avaliação prévia e concorrência, sendo dispensável este último requisito quando se tratar de permuta ou doação, pois estes contratos em particular visam a pessoas ou imóveis certos, sendo incompatíveis com o procedimento licitatório.

O artigo 17 da Lei Ordinária Federal nº 8666/93 estabelece as condições para que sejam feitas as alienações de bens públicos:

*Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:*

*I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da Administração Direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:*

*b) doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da Administração Pública, de qualquer esfera de Governo, ressalvado o disposto nas alíneas f e h; (Redação dada pela Lei nº 11481, de 2007)*

*f) alienação gratuita ou onerosa, aforamento, concessão de direito real de uso, locação ou permissão de uso de bens imóveis residenciais construídos, destinados ou efetivamente utilizados no âmbito de programas habitacionais ou de regularização fundiária de interesse social desenvolvidos por órgãos ou entidades da Administração Pública; (Redação dada pela Lei nº 11481, de 2007).*

Tendo em vista a autorização para que o órgão público efetue doações sem a necessidade de licitação quando o donatário for órgão ou entidade da Administração Pública, não haveria razão para que o legislador

impedisse a cessão de uso, pois esta última forma é, certamente, menos gravosa ao patrimônio público do que a doação, que possui expressa autorização legal.

A concessão sobre direito real de uso é, inclusive, prevista em algumas hipóteses pontuais quando o cessionário for pessoa física ou pessoa jurídica de direito privado, como se observa na alínea “f” supracitada.

Dessa forma, observa-se que estão presentes os requisitos necessários, quais sejam, a autorização legislativa que é dada através de lei e o interesse público, neste caso no que se refere à Segurança Pública.

A licitação é dispensável, portanto, por se tratar de cessão de uso sobre imóvel certo e determinado, destinado a atender interesse público.

No que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar nº 095/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

### **Conclusão**

Diante do acima exposto, tendo em vista a constitucionalidade e legalidade apresentadas pelo projeto de lei em análise, opinamos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 31/03/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

### **COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO PROJETO DE LEI Nº 093/09**

### **P A R E C E R :**

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso do imóvel situado nesta Capital.

A matéria já recebeu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, que analisou sob o aspecto constitucional e legal.

Chamada a opinar, a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação encontra méritos indiscutíveis no projeto de lei em tela, pois a proposta tem por objetivo de beneficiar o Instituto Paranaense de Cegos que desenvolve suas atividades com afinco e seriedade e por isso demonstra que o imóvel é de grande valia a comunidade cega do Estado.

Isto posto, opinamos pela aprovação do projeto.

Sala das Comissões, em 01/04/09.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente

PÉRICLES DE MELLO - Relator

### **ITEM 05**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 003/09, de autoria da Comissão Executiva, que disciplina as normas para, nomeação e exercício de servidores da Assembleia Legislativa em geral, bem como de assessores e secretários parlamentares para atuação dentro do Estado do Paraná. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado por unanimidade. (Publ. no DA nº 029/09, de 02/04/09, em Projetos de Resolução).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 003/09

P A R E C E R :

O projeto de resolução de autoria da Comissão Executiva, tem por objetivo de regulamentar matéria de caráter interno.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável à ementa.

Sala das Comissões, em 06/04/09.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente  
NEREU MOURA - Relator

**ITEM 06**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 004/09, de autoria da Comissão Executiva, que institui e regula a divulgação de informações pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná por meio eletrônico de dados - rede internet - denominada Portal da Transparência Pública e dá outras providências. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado por unanimidade.** (Publ. no DA nº 029/09, de 02/04/09, em Projetos de Resolução).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 004/09

P A R E C E R :

O projeto de resolução de autoria da Comissão Executiva, tem por objetivo de regulamentar matéria de caráter interno.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável à ementa.

Sala das Comissões, em 06/04/09.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente  
LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 005/09

P A R E C E R :

**Preâmbulo**

O projeto de resolução nº 005/09 pretende alterar a ora em vigor Resolução de nº 003/04. A proposta, conforme se pode aduzir da leitura, trata de disposições em regra interna *corporis*, qual seja, procedimentos próprios a serem adotados pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

**Fundamentação**

A partir da premissa assentada, faz-se necessário o estudo acerca da legitimidade para a proposição. No caso presente, questão há de ser resolvida pelo texto do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Paraná, que assim dispõe:

Art. 121. A Assembleia exerce a sua função Legislativa por via de projetos de lei, de resoluções ou de decretos legislativos.

§ 2º Os projetos de resolução destinam-se a regular as matérias de caráter político, administrativo e processual, sobre os quais deva a Assembleia pronunciar-se, exclusivamente em casos concretos, tais como:

I - perda de mandato de Deputado;

II - matéria de natureza regimental;

III - criação de Comissão Parlamentar de Inquérito, não exercendo cinco em funcionamento;

IV - conclusão de Comissão Parlamentar de Inquérito;

V - declaração de procedência de acusação criminal contra o Governador e Vice- Governador de Estado e, quando houver conivência de seus Secretários de Estado;

VI - contas do Governador;;

VII - mudança temporária da sede da Assembleia;

VIII - contas do Poder Legislativo, apresentadas pela mesa;

IX - licença para Deputado desempenhar missão temporária de caráter diplomático ou cultural;

X - delegação legislativa ao Governador;

XI - todo e qualquer ato de sua economia interna, que não exceda os limites do simples ato administrativo, respeitando o regulamento dos seus serviços; (grifos nossos).

Em vista do exposto acima, resta claro que a matéria de fato deve ser tratada por projeto de resolução.

**Conclusão**

Portanto, nosso parecer é pela aprovação do projeto de Resolução nº 005/09.

Sala das Comissões, em 06/04/09.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente  
RENI PEREIRA - Relator

**Requerimentos**

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 1386 e 1387, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, constantes do expediente. Em discussão.

**O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)**

Para discutir, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimento nº 1385, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1391, de autoria do Deputado Péricles de Mello, constante do expediente. Em discussão.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP) (**Pela Ordem**)

Para discutir Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimento nº 1370, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1371, de autoria do Deputado Francisco Bühner, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1378, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1379 a 1381, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1382, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1389, de autoria do Deputado Fábio Camargo, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 1390, de autoria do Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1392, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

### ***Encerramento da Sessão:***

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira dia 07, à hora regimental, com a seguinte

#### **ORDEM DO DIA:**

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 079/09.

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 511/08 e 101/09.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 040 e 093/09 e dos Projetos de Resolução nºs 003, 004 e 005/09.

Levanta-se a Sessão.

## ***Publicações:***

### ***Diretoria Geral***

#### ***Portaria***

PORTARIA Nº 079/09

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa, no uso de suas atribuições legais previstas no Decreto Legislativo nº 052/084, e em cumprimento ao disposto no inciso II da Cláusula Quinta do Contrato extraído da Licitação de Pregão Presencial nº 001/09, Processo nº 12030/07,

**R E S O L V E :**

Nomear o Coordenador de Serviços Especiais desta Casa, Francisco Ricardo Neto, funcionário com matrícula nº 40113, como responsável pela fiscalização da execução do contrato.

Curitiba, em 31/03/09.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

### ***Atas de Comissões***

#### ***Constituição e Justiça***

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA  
ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos seis dias do mês de abril do ano de dois mil e nove, reuniu-se na sala das reuniões das comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Durval Amaral e com a presença dos Srs. Deputados: Artagão Júnior, Caíto Quintana, Carlos Simões, Duílio Genari, Edson Strapasson, Fernando Scanavaca, Francisco Bühner, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernandes Litro, Nereu Moura, Reni Pereira, Rosane Ferreira e Tadeu Veneri. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a ata da última reunião ordinária em discussão e votação - Aprovada, com pedido de dispensa de leitura do Deputado Luiz Carlos Martins. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 334/08, de autoria do Deputado Caíto Quintana. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Carlos Martins - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 547/08, de autoria do Deputado Artagão Júnior - Altera dispositivos da Lei nº 15758/07. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Reni Pereira - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 554/08, de autoria do Deputado Marcelo Rangel. Parecer do Deputado Reni Pereira pela DEVOLUÇÃO da matéria ao autor - DEFERIDO; 04) Projeto de Lei nº 006/09, de autoria do Deputado Mauro Moraes. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Luiz Claudio Romanelli - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 004/09, de autoria do Deputado

Fernando Scanavaca. Parecer do Deputado Luiz Carlos Martins pela DEVOLUÇÃO da matéria ao autor - DEFERIDO; 06) Projeto de Lei nº 007/09, de autoria do Deputado Mauro Moraes. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Luiz Claudio Romanelli - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 009/09, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Carlos Martins - APROVADO. O Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli apresenta requerimento de preferência de votação aos Projetos de Resolução nº 003/09, 004/09 e 005/09. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO. O Sr. Presidente passa a presidência ao Sr. Deputado Caíto Quintana; 08) Projeto de Resolução nº 003/09, de autoria da Comissão Executiva. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nereu Moura - APROVADO; 09) Projeto de Resolução nº 004/09, de autoria da Comissão Executiva. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Claudio Romanelli - APROVADO; 10) Projeto de Resolução nº 005/09, de autoria da Comissão Executiva. Promove alterações da Resolução nº 003/04. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Reni Pereira - APROVADO. O Sr. Presidente passa a presidência ao Sr. Deputado Durval Amaral. O Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli apresenta requerimento de preferência de votação ao Projeto de lei nº 079/09. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 079/09, de autoria do Poder Executivo. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Artagão Júnior às emendas de Plenário - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e poduzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
Ana Andretta - Secretária

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA ATA DA 8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos trinta dias do mês de março do ano de dois mil e nove, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Durval Amaral e com a presença dos Srs. Deputados: Ademar Traiano, Artagão Júnior, Carlos Simões, Douglas Fabrício, Duílio Genari, Fernando Scanavaca, Francisco Bühner, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernandes Litro, Nereu Moura, Reni Pereira, Tadeu Veneri, Chico Noroeste e Dr. Batista. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a ata da última reunião extraordinária em discussão e votação - Aprovada, com pedido de dispensa de leitura pelo Deputado Artagão Júnior. Passou-se à Ordem do Dia: o Sr. Deputado Carlos Simões apresenta requerimento de preferência de votação às Proposições - Veto nºs 002/09, 019/09, 022/09, 023/09, 024/09, 025/09, 026/09 e aos Projetos de Lei nº

056/09 e 101/09. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO; 01) Proposição-Veto Parcial nº 002/09 de autoria do Poder Executivo - Veta parcialmente o Projeto de Lei nº 390/08 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Claudio Romanelli ao encaminhamento à Plenário - APROVADO; 02) Proposição-Veto Parcial nº 023/09 de autoria do Poder Executivo - Veta parcialmente o Projeto de Lei nº 776/07 de autoria do Deputado Artagão Júnior. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Claudio Romanelli ao encaminhamento à Plenário - APROVADO; 03) Proposição-Veto nº 024/09 de autoria do Poder Executivo - Veta parcialmente o Projeto de Lei nº 508/07 de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nereu Moura ao encaminhamento à Plenário - APROVADO; 04) Proposição-Veto nº 026/09 de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 183/08 de autoria do Deputado Jocelito Canto. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Douglas Fabrício ao encaminhamento à Plenário - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 056/09, de autoria do Deputado Chico Noroeste. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 101/09, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 07) Proposição-Veto nº 022/09 de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 475/07 de autoria do Deputado Plauto Miró. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Francisco Bühner ao encaminhamento à Plenário - APROVADO; O Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli apresenta requerimento de preferência de votação aos Projetos de Lei nº 058/09, 093/09 e 099/09. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 058/09, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Artagão Júnior - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 093/09, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Carlos Martins - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 099/09, de autoria do Deputado Alexandre Curi - Altera dispositivos da Lei nº 15426/07. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Claudio Romanelli, na forma da emenda anexa - APROVADO. O Sr. Deputado Artagão Júnior apresenta requerimento de preferência de votação aos Projetos de Lei nºs 462/08 e 003/09. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 462/08, de autoria dos Deputados Luiz Eduardo Cheida, Elton Welter e Luciana Rafagnin. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Artagão Júnior - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 003/09, de autoria do Deputado Antonio Belinati. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Artagão Júnior, na forma da emenda anexa - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e poduzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
Ana Andretta - Secretária



**Obras Públicas, Transportes e Comunicação**

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO  
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA  
ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Ao primeiro dia do mês de abril do ano de dois mil e nove, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, sob a presidência do Deputado Marcelo Rangel. Havendo número legal o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando à Ordem do Dia: Projeto de Lei nº 093/09, de autoria do Poder Executivo. Relator Deputado Péricles de Mello. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, secretário da comissão, lavrei a presente ata que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Presidente para que produza os efeitos legais.

(a) MARCELO RANGEL - Presidente

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO  
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA  
ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Ao primeiro dia do mês de abril do ano de dois mil e nove, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, sob a presidência do Sr. Deputado Marcelo Rangel.

Havendo número legal o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando à Ordem do Dia: Projeto de Lei nº 040/09, de autoria do Poder Executivo. Relator Deputado Duílio Genari. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, secretário da comissão, lavrei a presente ata que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Presidente para que produza os efeitos legais.

(a) MARCELO RANGEL - Presidente

**Segurança Pública**

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA  
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA  
ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Ao seis dias do mês de abril do ano de dois mil e nove, na sala das reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Segurança Pública, sob a presidência do Sr. Deputado Mauro Moraes. Havendo número legal o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando à seguinte Ordem do Dia: Projeto de Lei nº 489/08, de autoria do Deputado Edgar Bueno. Relator Deputado Ney Leprevost. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, secretário da comissão, lavrei a presente ata que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Presidente para que produza os efeitos legais.

(a) MAURO MORAES - Presidente